



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades

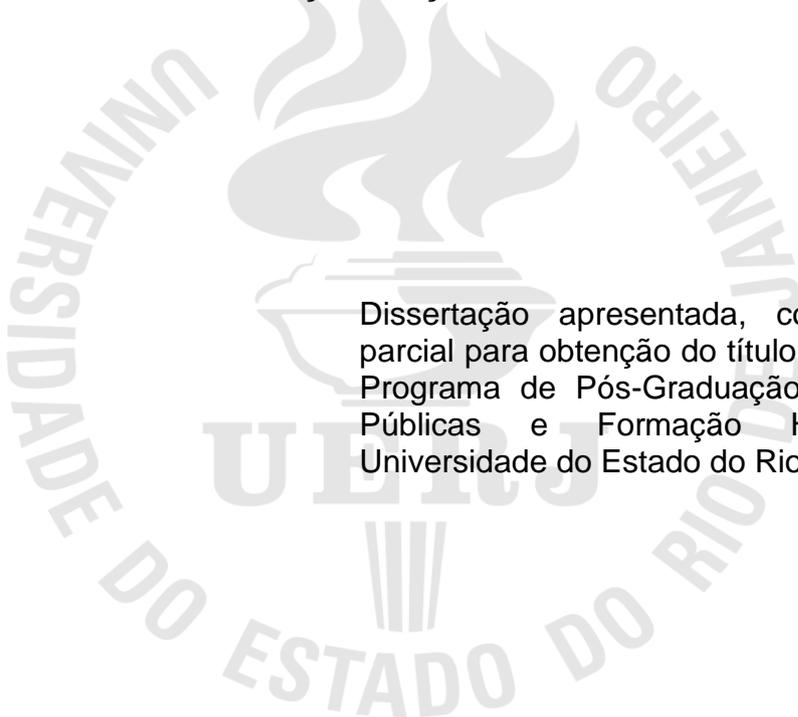
Gelson Henrique Silva da Silva

Depois da Central: circulação e raça na cidade do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2023

Gelson Henrique Silva da Silva

Depois da Central: Circulação e raça na cidade do Rio de Janeiro



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Estela Scheinvar

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S586 Silva, Gelson Henrique Silva da.
Depois da Central: circulação e raça na cidade do Rio de Janeiro/
Gelson Henrique Silva da Silva. – 2023.
79 f.

Orientador: Estela Scheinvar.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Centro de Educação e Humanidades.

1. Relações raciais – Teses. 2. Política Pública – Teses. 3. Racismo
– Teses. I. Scheinvar. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Centro de Educação e Humanidades. III. Título.

bs CDU 323.1

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Gelson Henrique Silva da Silva

Depois da Central: Circulação e raça na cidade do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 28 de setembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Estela Scheinvar (Orientadora)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof.^a Dr.^a. Denise Barata

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof.^a Dr.^a. Acácio Augusto Sebastião Júnior

Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

Rio de Janeiro

2023

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, agradeço à espiritualidade por chegar e estar aqui! Começamos por Esù, como tem de ser. A Esù meus caminhos e trânsito nas ruas que fizeram este texto nascer! A Oşóòssí minha estratégia e escrita necessária. Já à Oyà minha presença! Saúdo a Orì e à minha Iyáloriřa Nádia de Omolù pelo cuidado. Modupè!

Sou grato ao meu grupo de amigos que compõem o “*Partido do Papo Reto*”, que estiveram comigo desde o dia 21 de maio de 2021 no Bar do Pelé em Campo Grande, quando descobri que havia sido aprovado no mestrado, e que passaram por todo o processo e estão comigo neste momento final. Obrigado por segurarem minha mão tão firme que quase nem pareceu que o barco quase afundou (algumas vezes)! Anna Roberta, Felipe Morgado e Maria Clara, a vocês toda sorte do nosso caminhar.

Agradeço aos meus familiares que são sinônimos de força na caminhada, representados pelos meus mais velhos: Gilvana Santos Silva e Gelson da Silva que me possibilitaram a ousadia necessária para que eu chegasse até aqui; pelos meus mais novos: Théo Martins, Helena Barbosa e Joaquim Luar, que me radicalizam a pensar e produzir outras realidades possíveis; e pelos meus contemporâneos: Thyanne Regina e Matheus Martins que me fazem lembrar que no final do dia é sobre retorno. Chegaremos onde for, se não nos esquecermos de onde começamos.

À Larissa Amorim, minha noiva, que chega no meio da tempestade, mas que me ajuda a ver outras cores nas ruas da cidade, e me ensinou que as raízes aéreas que me sustentam são tão firmes quanto as de uma baobá fincadas na terra primeira. Obrigado pela parceria e pelas boas águas que não só permitem matar minha sede, mas que me lembram todos os dias que a água sempre encontra um caminho.

Sou grato aos meus irmãos que me ensinam que a vida é e precisa ser coletiva: Álefe Barros, Antonio Costa, Chris Basílio, Daniel Martorelli, Dayane Medeiros, Emily Ribeiro, Gilvandro Sousa, Graciele Santos, Hingra Taynara, Liandra Santos, Luan Ribeiro, Marcelle Decothé, Nathalia Santos, Patrick Santos, Pedro Henrique, Pedro Torres, Rafaela Santos, Ricardo Camilo, Thaís Bispo, Thaís Correia, Vitória Carolina e Yuri Belarmino! Tudo nosso, nada deles, depois de nós, é nós de novo. Por e com vocês adentro seja qual for a rota!

Sou muito feliz de ter tido no meu processo Estela Scheinvar que me orientou e possibilitou que eu consolidasse uma pesquisa com o grau de importância pessoal,

e que para além disso pudesse contribuir para o campo acadêmico. Que me embarcou num grupo de pesquisa que pude trocar com muitas pessoas queridas que levarei para vida: Aline Dias, Ana Marcela Terra, Erlon Couto, Felipe Baptista, Filipe Asth, Gabriel Simões, Juliane Souza, Luan Sávio, Lukas Lobo, Maria Mostafa, Michelly Silva, Nágela Gonçalves. Nossas trocas foram de suma importância para eu entender o que é acolhimento ao chegar no final deste processo.

Para finalizar, agradeço aos caminhos que me fizeram acreditar que outras produções são possíveis. No período da construção desta dissertação eu passei por 31 cidades diferentes em diferentes países e continentes, e a divisão racial sempre se escancarou de diferentes modos. Mas, frente a isto tudo, percebia resistência e pessoas produzindo outras formas de ser e estar no projeto de cidade que nos rechaça. Viva a nós. Agradeço ao tempo que me mostra todos os dias, se eu fui trovão que nada desfez, eu sei ser trovão que nada desfaz. Kosi Mi Fará Owé¹.

¹ Nada no mundo que possa contra mim, aqui estamos!

Nossos corpos são historicamente vilipendiados, quando não é o ataque direto, é pelo olhar. Pois o nosso corpo é a carteira de identidade. Só que a carteira de identidade para alguns corpos passa por nenhuma comprovação, tem caminho livre. Mas os nossos, são perseguidos em shopping, mercados e na própria Academia.

Conceição Evaristo²

² (Lançamento: Canção para Ninar Menino Grande, 18/04/2023, Botafogo, livraria blocks)

RESUMO

SILVA, Gelson, Henrique Silva da. **Depois da Central**: circulação e raça na cidade do Rio de Janeiro. 2023. 79f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Esta dissertação nasce por conta da difícil jornada de vida que é transitar pelas ruas do Rio de Janeiro sendo uma pessoa negra. Nesta pesquisa, busca-se debater a produção das cidades e como as barreiras construídas por marcadores raciais afetam diretamente a vida e a circulação da população negra que vive nesta cidade. O racismo opera de diferentes formas, seja através de ações de violências raciais mais perceptíveis, ou por modos mais cristalizados na sociedade. Esta realidade faz com que determinados espaços sejam dificilmente frequentados por pessoas negras e expõe uma sociabilidade urbana que é racista. As ruas não são vividas da mesma maneira por todos. Elas são produzidas por diferentes processos de subjetivação, carregam moral e apostas políticas. As relações de poder na formação das cidades fazem com que os corpos brancos possam se mover livremente, e os corpos negros tenham uma espécie de marcador que dificulta a circulação. Essa dinâmica de cidade faz com que estejamos sempre marcados a partir da raça, que tenta nos impedir de ir e vir. Entendendo a cidade como construção a partir da prática cotidiana, esta pesquisa propõe-se a ser conduzida por meio de um relato cadenciado de vivências urbanas de pessoas negras, na circulação pelas ruas do Centro e Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Relações raciais; Circulação na cidade; Políticas públicas.

ABSTRACT

SILVA, Gelson, Henrique Silva da. **After Central Station**: circulation and race in the city of Rio de Janeiro. 2023. 79f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This dissertation was born out of the difficult life journey of moving around the streets of Rio de Janeiro as a black person. This research seeks to debate the production of cities and how the barriers built by racial markers directly affect the life and movement of the black population living in this city. Racism operates in different ways, whether through more perceptible actions of racial violence, or through more crystallized modes in society. This reality makes it difficult for certain spaces to be frequented by black people and exposes an urban sociability that is racist. The streets are not experienced in the same way by everyone. They are produced by different processes of subjectivation, they carry morals and political stakes. The power relations in the formation of cities mean that white bodies can move freely, and black bodies have a kind of marker that hinders movement. This dynamic of the city means that we are always marked on the basis of race, which tries to prevent us from coming and going. Understanding the city as a construction based on everyday practice, this research aims to be conducted through a cadenced account of the urban experiences of black people as they move through the streets of the city center and south zone of Rio de Janeiro.

Keywords: Racial relations; Movement in the city; Public policies.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	RAÇA NO BRASIL. UMA ANÁLISE CIDADINA	22
2	DISPUTA POLÍTICA DO PROJETO DE CIDADE	30
2.1	Projeto Político de Produção das Cidades	30
2.2	A Cidade em disputa	39
3	USO NEGRO DA CIDADE	42
3.1	Relações Raciais e Espaço Urbano	42
3.2	Relações espaciais racializadas no Rio de Janeiro	49
3.3	Produção de Subjetividade e Ordenamento Racial na Cidade	56
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS	76

INTRODUÇÃO

Organização do texto

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos. No primeiro, trago uma análise de implicação, relacionando a minha vivência com o meu campo de estudo e como cheguei até aqui. No segundo, trago uma análise da história racial do Brasil a partir de uma perspectiva cidadina. Já no terceiro capítulo, trabalho como o modo de produção das cidades se relacionam com o projeto liberal, que visa ordenar e ditar o modo de ser e estar na cidade. No quarto capítulo trago análises sobre as relações das pessoas negras nas cidades e suas especificidades a partir da cidade do Rio de Janeiro. Chego no quinto e último capítulo 'abordando a questão do racismo e como este opera estrategicamente para a produção de relações espaciais fincadas na diferença racial.

Análise de Implicação

Olhando para o meu campo de pesquisa, vejo que o motivo que me fez pesquisar cidades é concernente à minha relação com a cidade do Rio de Janeiro, entre trânsitos, trens, sambas, etc. Por não acreditar em uma maneira neutra de fazer pesquisa, que é defendida historicamente por alguns grupos na Academia, e por perceber que o meu circular pela cidade, meus afetos e minhas vivências envolvem diretamente a minha pesquisa, e produzem minhas análises, recorro à Análise Institucional, uma das grandes frentes de disputa epistemológicas que se opõe a essa dita neutralidade científica, defendendo que todos os pesquisadores estão implicados no seu campo.

Opondo-se ao intelectual neutro-positivista, a Análise Institucional vai nos falar do intelectual implicado, definido como aquele que analisa as implicações de suas pertenças e referências institucionais, analisando também o lugar que ocupa na divisão social do trabalho na sociedade capitalista, da qual é um legitimador por suas práticas. Portanto, analisa-se o lugar que se ocupa nas relações sociais em geral e não apenas no âmbito da intervenção que está sendo realizada; os diferentes lugares que se ocupa no cotidiano e em outros locais da vida profissional; em suma, na história. (Coimbra, Nascimento, 2009, p. 144)

Lourau (1993) aponta que a análise de implicação é uma metodologia importante frente à ciência tradicional, pois entende que as condições em que o

pesquisador está inserido ao realizar a pesquisa é um eixo central na concepção de análises. A forma com que interpreto a vida social é completamente diferente da de uma pessoa que não é atravessada pelos mesmos marcadores sociais que eu. Podemos viver a mesma situação e ter percepções distintas sobre uma mesma dinâmica social, e isso acontece pois sempre estamos em locais diferentes, a partir de experiências de vida e valores já pré existentes. Por esses fatores, hoje entendemos que a neutralidade não é algo que exista no campo científico, pois todos os pesquisadores partem de algum lugar para produzir suas análises, isso já sendo parte da pesquisa. Como pontuou Rodrigues, “sabe-se, hoje, que o cientista confere à ciência os seus próprios valores, independentemente da posição ideológica que possui (seja esquerda, direita ou centro). Logo, a neutralidade axiológica, a decantada ‘objetividade’, não existe” (Rodrigues, 2007, p. 16).

Assim, não poderia deixar de começar este texto sem construir uma análise de implicação e me apresentar para entenderem de onde falo, visto que isso incide no modo como percebo o mundo e construo as análises desta pesquisa.

Sou Gelson Henrique Silva da Silva, um jovem negro, que, no momento em que escrevo este texto, me encontro aos vinte e quatro anos de idade, nascido e criado em Campo Grande, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Venho de uma família com três irmãos e uma irmã, criado pelo meu pai, Gelson da Silva, e pela minha mãe, Gilvana Santos Silva, em uma casa de um quarto, sala, cozinha e banheiro no quintal da família, um cenário corriqueiro nas partes mais pobres da cidade por inúmeros e diferentes motivos, como por exemplo não haver recursos para comprar outro terreno para criar suas moradias, por necessidade de poupar dinheiro para investir em outras necessidades, etc. Estudei toda a minha vida em colégios públicos, tive algumas oportunidades de bolsa para estudar inglês e acesso ao Programa de Trabalho Protegido na Adolescência, pela Fundação para Infância e Adolescência do estado do Rio de Janeiro (FIA).

Desde criança, quando minha mãe me levava ao Centro do Rio, eu ficava encantado com os prédios altos, com o grande movimento, e falava para ela que aquele lugar tinha um cheiro diferente. Sempre foi uma experiência boa para o pequeno Surrique³, de 7, 8 anos. Tento entender se era por fugir da rotina cotidiana,

³ Surrique é o meu apelido de infância, pelo qual eu não sou chamado mais, ou só pela família e pelos velhos amigos.

pegar trem, faltar à escola, conhecer outros lugares, ou porque era sinônimo de correr pelo Campo de Santana e ver os pavões, com os quais eu gostava muito de brincar.

Aos 15 anos, após passar pelo curso da FIA, comecei a estagiar na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. Assim, o que era esporádico – pegar trem e ir ao centro do Rio – tornou-se rotina na minha adolescência. Então eu acordava, pegava o ônibus, ia para a escola, depois ia para a estação de trem de Campo Grande, pegava o trem até a Central do Brasil, local em que eu trabalhava durante toda a tarde. Essa experiência foi importante para a minha relação com a cidade: para poder fazer uso dela, fui aprendendo a como circular, entendendo as estratégias necessárias. Meus pais me ensinaram onde andar no trem, onde sentar, para o caso de o veículo ser apedrejado, ou onde pedir informações, para me localizar: “apenas nas bancas de jornal”. São experiências que fui adquirindo pelo trânsito do meu corpo, acessando outros lugares e tendo oportunidades de vida e profissionais cujas pessoas que cresceram comigo não tinham. Aprender como circular na cidade fez com que eu disputasse espaços que não estavam dados na minha realidade, como teatros, museus, locais públicos.

Essa movimentação potencializou minhas redes e possibilidades, como a de andar de avião, entrar em uma universidade pública e sair do país. Não que seja uma fórmula matemática exata em que uma coisa levaria à outra, mas o que enxergo, como sendo importante por meio da circulação, é a construção de novas perspectivas. Encontro na cidade esses potenciais caminhos.

Ter como referência a minha história é uma forma de produzir uma análise sobre o modo de me relacionar com a cidade do Rio de Janeiro. Entendo, portanto, que não é uma pesquisa neutra, que visa uma “objetividade científica” como disse acima, pois como pontua Grada Kilomba, para aprofundar a crítica à objetividade a partir dos marcadores raciais na produção científica, “o que encontramos na Academia não é uma verdade objetiva científica, mas sim o resultado de relações desiguais de poder de ‘raça’” (Kilomba, 2019, p. 53). Sob esse olhar, percebemos que os muros as quais a análise institucional visa quebrar, também são raciais, para além de posicionamentos políticos partidários.

As ruas inventam o cotidiano, dando vida à cidade a partir da infraestrutura urbana, de relações, pessoas, leis e políticas, que são “invisíveis”, mas que estão presentes na regulação dos corpos a partir da normalização de regras sociais.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina (Foucault, 1999, p. 164).

Nesta direção, reafirmo que as ruas não são vividas da mesma maneira por todos. Elas são produzidas pelo modo como somos subjetivados, carregam moral e apostas políticas. Sendo, pois, uma construção a partir da prática cotidiana.

Nada mais é do que o que se passa por ela, sujeitos comuns e suas práticas. A rua é tão diversa quanto os tipos que a praticam, inscrevendo seus saberes nos cotidianos. A rua é de quem nasce, se cria e morre nela, digamos também que é daqueles que fazem de lugar de passagem, rito de invenção do mundo (Rufino, 2019, p. 108).

A população negra na maior parte das vezes vive a rua como um lugar de terror e receio pelas possibilidades de violências que podem nos atravessar. Por diferentes motivos, muitas vezes a política pública de segurança tem relação com nossos anseios. O braço armado do Governo do estado do Rio de Janeiro, a polícia militar, carrega diversos casos de violência racial contra pessoas negras em seu histórico institucional. Como o caso de Cláudia Silva Ferreira, uma mulher negra de 38 anos, que tinha quatro filhos e criava outras quatro crianças, baleada durante uma operação policial no Morro da Congonha em Madureira⁴. Após ter sido alvejada, a PMRJ⁵ jogou o corpo de Cláudia em um camburão com a justificativa de que a levaria para o Hospital Estadual Carlos Chagas, localizado em Marechal Hermes, bairro vizinho de Madureira, onde aconteceu a operação. O fato de os policiais jogarem o corpo de Cláudia dentro do camburão já é uma forma de explicitar o racismo estatal. Mas para além disso, enquanto Cláudia estava desacordada, ela caiu de dentro do porta-malas, ficou presa ao para-choque da viatura por um pedaço de roupa e foi então arrastada por cerca de 250 metros.

Embora a população não negra tenha medo das ruas, por inclusive terem medo dos negros, são os negros os mais atingidos pela violência racial, tal como aconteceu com Cláudia e diversas outras pessoas na cidade. Enquanto o trato da polícia para pessoas brancas é um, no dia 18/06/2023⁶ acontece na Glória, bairro da

⁴<https://veja.abril.com.br/brasil/presos-policiais-que-arrastaram-mulher-baleada-em-carro-da-policia-militar/> (Acessado em 28/06/2023)

⁵ Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro

⁶<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/06/19/tumulto-apos-suposta-injuria-racial-em-bar-tem-protesto-e-suspeito-detido-ao-se-esconder-em-farmacia.ghtml> (Acessado em 28/06/2023)

Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, um caso de racismo em um bar na rua Cândido Mendes, no qual um homem branco chama um outro cliente do bar, uma pessoa negra de macaco, proferindo mais algumas outras palavras racistas, e em seguida indo para cima do homem negro. As pessoas que estavam em volta, então, se revoltam e se colocam contra o racista, que em seguida vai para uma farmácia e se esconde, enquanto cria-se um grande movimento do lado de fora do estabelecimento. A polícia é chamada e, quando vai em busca do homem, o tratamento que lhe dado é de escolta, como se fossem seguranças do racista. Quando se encaminham para fora da farmácia, um policial branco se movimenta em sentido de colocar a mão no pescoço do racista e imediatamente corrige sua ação e coloca a mão no ombro do racista. Isso nos mostra como é construído o tratamento que é dado pela polícia militar a partir da raça e a partir dos de espaços mais elitizados da cidade.

As ruas que constroem a cidade são produzidas por quem passa nelas, mas em seus ritos há uma grande carga de produções políticas que constitui a organização espacial da cidade, sejam eles novos ou históricos, portanto. Podemos dizer que tradicionalmente as relações urbanas no Rio de Janeiro são guiadas a partir de uma diferenciação racial, que faz com que possamos afirmar que as ruas são espaços de racismo que atravessam radicalmente a vivência espacial da população negra a partir da manutenção de violências raciais contra essa população, quando circulam na cidade.

Rolnik (2009) nos afirma que as legislações urbanísticas, ao demarcarem territórios, são responsáveis por demarcarem vidas e, por conseguinte, demarcarem relações de poder existentes em um determinado espaço, ou, assim podemos dizer, economias de poder. Trata-se de criar linhas invisíveis que delimitam uma cartografia escancarada da realidade urbana, demarcando espaços do cidadão e espaços marginais, uma vez que o poder político frequentemente procura reorganizar as infraestruturas urbanas e a vida urbana com o objetivo de manter as populações insatisfeitas sob controle. Portanto, a constituição do urbano, vimos, é uma constituição do pensamento (De Carvalho, Júnior, 2016, 144)

Uma cidade que é racialmente dividida e diferenciada, e que tem tal lógica como norma, convoca aos que recusam essa realidade a construir formas de subverter e disputar a espacialidade. Eis a potência das ruas, pois a partir da nossa vivência como população preta inventamos práticas de resistência para disputar a cidade. Diariamente acionamos múltiplas estratégias para enfrentar uma política que inibe as possibilidades de circulação da população negra, como por exemplo o não

pagamento de passagem no BRT⁷ ou o uso de buracos nas estações de trem para que se possa circular na cidade.

Chamarei essas estratégias de subversão à norma de “Calote”. Calote é um substantivo masculino, que tem como significado “dívida não paga, ou contraída por quem não tinha a intenção de pagá-la”⁸. No âmbito desta dissertação, o calote é o ato de não pagar passagens em transportes públicos. Normalmente, quem pratica essa antidisciplina é visto como moralmente errado e até como criminoso, tendo em vista a norma que rege a nossa sociedade, ditada por uma moral liberal e colonial que tem como fundamento o legalismo, a ordem e controle de corpos, a fim de cumprir um projeto específico. São, pois, práticas hegemônicas produzidas por ordens discursivas.

As sociedades e culturas em que vivemos são dirigidas por poderosas ordens discursivas que regem o que são dirigidas por poderosas ordens discursivas que regem o que deve ser dito e o que deve ser calado e os próprios sujeitos não estão isentos desses efeitos. A linguagem, as narrativas, os textos, os discursos não apenas descrevem ou falam sobre as coisas, ao fazer! isso eles instituem as coisas, inventando sua identidade (Costa, 2000, p. 32)

Sob esse contexto, há diferentes ações que são vistas como contra-regra, e isso é mobilizado através de projetos políticos específicos, que no Brasil, na maior parte das vezes, é anti-negro. Em minha análise, quanto mais ações contrárias à norma forem praticadas na vida urbana, lidas como perigosas e subversivas pelo sistema vigente, mais perto estaremos de construir uma cidade que também seja das pessoas negras e periféricas que não são contempladas pela lógica da organização espacial dada no Rio de Janeiro.

Podemos perceber como resistência negra e poder negro a partir de outras análises sobre o poder. A capoeira, por exemplo, era vista como um jogo, uma dança. Mas os capoeiristas eram contratados também para usar esses artefatos corporais em outros sentidos, sendo assim também resistência.

Esse último aspecto-resistência aproxima as origens da capoeira das origens da maior parte das artes de corpo guerra. A crônica da capoeira até quase o fim do Império revela disposições permanentes de resistência marcial aos dispositivos repressivos de ordem escravista. Desde pouco antes da Abolição e durante a Primeira República, os capoeiristas maçãs ser usados, sobretudo no Rio de Janeiro, como capangas, (as vezes contra aos próprios negros ou contra republicanos) por políticos e pessoas de influência. Não sendo esse o caso, o capoeirista era frequentemente apontado como autor de tropelias e

⁷ *Bus Rapid Transit* - Ônibus de transporte rápido.

⁸ Segundo o Dicionário: Houaiss.

desordens, suscitando mais uma vez medidas legislativas específicas.
(Sodré, 2005, p. 155)

A partir do que foi posto por Sodré, é possível percebermos como o corpo negro joga com grande estratégia para elaborar suas resistências, sendo muito complexo analisar. O autor aponta que toda estratégia cultural da população negra é um jogo de resistência e acomodação: “Luta com aparência de dança, dança com aparência de combate, fantasia de luta, vadiagem e mandinga, a capoeira sobreviveu por seu jogo cultural” (SODRÉ, 2005, p. 155). Essa análise, inclusive, me remete a um poema do Sérgio Vaz:

“Ser feliz
não quer dizer que não devemos estar
revoltados com as coisas injustas
que estão ao nosso redor,
muito pelo contrário,
ter uma causa verdadeira
é uma alegria que poucos podem ter.
Por isso, sorrir enquanto luta,
é uma forma de confundir os inimigos.”

Acredito que os negros reinventam e consolidam as suas estratégias de sobrevivência historicamente com muita genialidade e ousadia. Realidade esta que não é diferente nos dias atuais. Nós construímos diferentes maneiras de resistir a partir do nosso corpo, quando vamos pensar nos calotes dados em transporte público, por exemplo. São táticas anti-disciplinares frente ao alto valor de passagens no Rio de Janeiro, que possibilita que pessoas negras circulem na cidade e gerem renda, sejam eles ambulantes ou produtores de cultura que se apresentam em transporte públicos. Mas a todo momento o corpo negro busca outras formas de circulação para poder existir e transitar.

Se formos fazer análises conjunturais de país, que só levem em consideração os grandes dados e discursos sobre a realidade negra no Brasil, vamos ver uma realidade citadina que o vermelho do nosso sangue é o que tange a malha urbana e as ruas das cidades. Mas eu quero ir atrás das outras cores que estamos colocando pela cidade ao circular pelo Rio de Janeiro. Como estamos produzindo uma ativação urbana que busca dar conta da nossa realidade, que é complexa, ousando afirmar que, apesar da violência para com os nossos corpos, nós resistimos e produzimos também sociabilidade. Só conseguiremos perceber isso quando olharmos para o miúdo da coisa, o que é visto como ínfimo.

No momento em que se instaura um dispositivo para forçar a dizer o “ínfimo”, o que não se dizia, o que não merece nenhuma glória, o “infame” portanto, um novo imperativo se forma, o qual vai constituir o que se poderá chamar a ética imanente ao discurso literário do Ocidente: suas funções cerimoniais vão se apagar pouco a pouco; não terá mais como tarefa manifestar de modo sensível o clamor demasiado visível da força, da graça, do heroísmo, da potência; mas ir buscar o que é o mais difícil de perceber, o mais escondido, o mais penoso de dizer e de mostrar, finalmente o mais proibido e o mais escandaloso. (Foucault, 2003, p. 221)

Em um cenário no qual as políticas de mobilidade urbana são deploráveis, somada à barreira de emprego e renda que contribui para impossibilitar o trânsito da população mais pobre da cidade. Entendo que essas pessoas e trajetos contam uma história da cidade do Rio de Janeiro que nos trazem importantes análises sociopolíticas da vida social carioca. Esses que constroem a vida cotidiana das ruas são costumeiramente vistos como infames. Tendo a acreditar que nesse cadenciamento da vida urbana, as estratégias acionadas pela população negra relacionam-se à “afirmação de um corpo orgulhoso de sua vitalidade e ciente dos seus segredos, da sua mandinga.” (SODRÉ, 2005, p. 161). Com isso, é no dia a dia e nessas práticas que percebemos a resistência da população negra, e só por conta delas que estamos aqui até os dias de hoje.

Luiz Rufino (2019), em “Pedagogia das Encruzilhadas”, fala de como as pessoas que são marginalizadas criam um “inventário tático” de modos de ser e praticar a rua:

Excomungados, bêbados, eternos caminhantes, fugitivos, achadores de otários, toda a sorte de Miseráveis que, em seus corpos e práticas forjam um inventário tático de modos de ser e praticar a rua. Arquivos corporais que codificam e anunciam nas práticas uma contracultura do civilismo colonial (Rufino, 2019, p. 111)

Acredito que seja necessário darmos foco analítico a esses inventários táticos que praticam uma contracultura frente ao civilismo colonial e à normatização. Por conta disso, essa cidade se revela para mim como um lugar dúbio, ora sendo um lugar de violências, ora sendo o palco de estratégias e atos de resistência da população negra, e, por vezes, ambas simultaneamente.

Essa realidade multifacetada nas cidades também é defendida pela escritora Clarice Cassab (2009), em seu artigo “‘Como um fantasma na Neblina’: Os jovens, as cidades e a política”, que traz análises de uma pesquisa realizada com jovens de uma periferia de Juiz de Fora:

Vê-se que as falas simbolizam esse duplo caráter que a rua parece ter: lugar de encantos e de perigos. Assim, se de um lado a rua é a possibilidade do novo, do inusitado, campo de surpresas e experiências, atrativo para esses

jovens numa dimensão do uso, de outro, ela deve ser encarada apenas como local de passagem, evitando a troca de experiências e vivências, as relações e as aglomerações. Para isso, associa-se a ela a imagem do perigo. A rua como espaço público, no entanto, não deve ser de todos. Não é à toa que as políticas destinadas aos jovens constantemente anunciam-se como voltadas a tirarem os jovens da rua (CASSAB, 2009, pág. 6)

Começo a pensar em pesquisar as relações socioespaciais na cidade do Rio de Janeiro a partir de um acontecimento ocorrido em 6 de janeiro de 2018, quando fui com cerca de 10 amigos ao Encontro do Samba no Bairro de Copacabana, uma espécie de carnaval adiantado, promovido pela prefeitura. Saímos às 14h da tarde de Campo Grande para conseguirmos estar no local às 17:30h. De Campo Grande para Copacabana são 58,3 km de trem. Durante um dia de semana, leva-se 1:10h para chegar ao Centro do Rio de Janeiro e mais 30 minutos para chegar a Copacabana de metrô. Aos finais de semana, no entanto, esse trajeto se estende ainda mais, pois os trens em circulação são do tipo paradores⁹, com 40 minutos de intervalo entre um e outro, dificultando ainda mais nossa circulação na cidade para o lazer.

Lá chegando, estávamos animados para curtir o evento, mesmo depois de ficar horas dentro de transportes públicos, como é costume quando queremos ir a algum evento fora da Zona Oeste. Ao sairmos do metrô em Copacabana, notei olhares incômodos com nossa presença, pois o grupo no qual eu estava era constituído majoritariamente por jovens negros e todos oriundos da Zona Oeste ou Baixada Fluminense, espaços periféricos da cidade do Rio de Janeiro. Podemos resgatar Clarice Cassab, quando a autora aponta que essa circulação é tolhida e cerceada.

A reunião desses jovens pobres pelas ruas e seu movimento pela cidade, seja na busca de lazer ou mesmo na procura de emprego, é vista como potencialmente perigosa. A ocupação da cidade pelos jovens só é tolerada dentro dos limites da ordem imposta pelos adultos, o que significa de forma disciplinada, preferencialmente sozinhos e restrita a determinados bairros. Esses jovens têm sua circulação controlada e tolhida. O que se agrava quando a lógica da distinção territorial impõe a jovens pobres o não direito de estarem em muitas partes da cidade. (CASSAB, 2009, p. 6)

Os olhares não fitavam só a mim e aos meus amigos, mas também a todas as pessoas que, como nós, eram negros e saíam do metrô e ali desembarcavam. Tal percepção me levou a refletir sobre os tensionamentos causados pela presença de jovens negras e negros em espaços da cidade que não são construídos e pensados para nossos corpos, a não ser que seja para circular a serviço da elite e comportando-

⁹ É quando o trem para em todas as estações. Há o tipo expresso, que é mais rápido pois para em poucas estações.

se conforme suas normas. Quando tais normas não são obedecidas, se tornam explícitas as relações de poder na disputa pela cidade, evidenciando que o movimento da população negra, quando não controlado, precisa ser perseguido.

Em meu trabalho de monografia pesquisei as relações socioespaciais a partir de um olhar racializado durante o carnaval, um momento atípico do ano. Após o término da minha pesquisa de monografia, do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, na qual investiguei a circulação de jovens negros e periféricos durante o carnaval no Rio de Janeiro (HENRIQUE, G. 2020), coloquei em análise como se dá essa relação nos dias comuns na cidade, como a população negra está reinventando-a e como se dão suas relações espaciais a partir da nossa existência cotidiana, vivendo de modos que vão contra a ordem política que está posta.

Como quando, por exemplo, grupos de amigos moradores da Zona Oeste do Rio de Janeiro decidem sair para alguma festa no Centro do Rio, sem o modal ferroviário, que apesar dos problemas ainda é o mais eficaz e rápido para esse trajeto. Essa é uma forma de (re)existir e transitar pela cidade, assim como quando precisam sair de madrugada para conseguir chegar a um bloco de carnaval que começa às oito horas da manhã para poder tocar, sendo esta uma das atividades que traz muita alegria a vastos grupos de moradores da zona oeste da cidade. Isso é uma forma de reinvenção dos modos de vida, pois quando não há política de transporte que possibilite a circulação com regularidade e conforto é porque não há vontade política para que essa circulação seja feita. Circular sob esses aspectos para aproveitar momentos de lazer é um ato político de resistência.

Em minha pesquisa, o corpo é parte central da metodologia etnográfica. Quando pensamos nos trânsitos na cidade, eles significam circulações corporais que dão movimento e vida às ruas e às relações. A maneira como uma pessoa que tem a pele preta se relaciona com a cidade é historicamente guiada, no Brasil, pela autorregulação, sempre se percebendo no espaço, analisando como deve se comportar nos locais. Essa forma com que pessoas negras se relacionam com a cidade é singular, mas ao mesmo tempo é efeito coletivo do processo histórico de racialização no Brasil.

É muito comum ouvir casos de jovens negros que em determinados espaços da cidade foram considerados como um perigo e que ofereciam algum risco. Esses

relatos são partes fundamentais desta pesquisa, pois trazem diferentes análises para entendermos as dinâmicas raciais na cidade.

O racismo na sociedade brasileira faz com que corpos negros estejam sempre na vitrine da desconfiança, sempre considerando-nos um risco em potencial. Nesse contexto, a população preta vai adquirindo experiências e sabedorias que configuram o corpo para se moldar de maneiras específicas aos espaços que estão circulando.

O corpo é esfera mantenedora de potências múltiplas, o poder que o incorpora o transforma em um campo de possibilidades. O corpo em performance nos ritos se mostra como um arquivo de memórias ancestrais, um dispositivo de saberes múltiplos que não sejam outras muitas experiências (Rufino, 2019, p. 128)

Para trabalhar as experiências de ser negro em circulação, em particular em atividades de lazer, o diário de campo será algo que me auxiliará a aprofundar cenas cotidianas que apresentem as questões raciais de pessoas negras em locais mais elitizados da cidade do Rio de Janeiro, entendendo que esses casos, mesmo que individuais, não são isolados e íntimos.

A escrita de um diário de campo, na perspectiva da análise institucional, é uma prática coletiva, mesmo quando ele seja autoral. Coletiva porque são os processos que nos constituem que estão presentes e conduzem as percepções fixadas no papel. Não se trata de uma cópia, reprodução ou transcrição, mas do registro de um modo de ver a vida e das circunstâncias que se apresentam no momento em que as práticas ocorrem. Escrever um diário é o registro de uma experiência que se refaz ao pensar no que ocorreu, nas forças que atravessaram um acontecimento, nos afetos que fizeram certas cenas tornarem-se invisíveis e outras se destacarem com compreensões e ênfases que não necessariamente surgiram no momento em que foram vividas. (Scheinvar e Nascimento, 2020, p.132)

Sou um pesquisador preto e jovem que realiza pesquisas a partir do próprio corpo transeunte que circula a cidade do Rio de Janeiro, em ruas, trens, sambas, bares. E que acredita que um grande fator para a disputa da cidade é encontrarmos as alegrias e expressões de festa e lazer da juventude negra nas frestas da cidade, que tanto nos quer mortos ou encarcerados.

A etnografia urbana, embrenhada nas ruas, parques, festas, casas, lojas, calçadas, barracos, cortiços, bancos, galerias, bairros, ônibus, trens, se faz com o corpo do(a) antropólogo(a) em campo que se apresenta como interlocutor(a) em cidades em que é, ao mesmo tempo, cidadão(a) e pesquisador(a) com uma história própria. (Nascimento, 2016, p. 5)

A experiência desses trânsitos mostra os afetos que constituem a minha pesquisa. Enfatizo, então, que apresentarei uma análise que não é neutra e disputa um campo de verdade entre muitos outros possíveis, fundamentando a minha

perspectiva. Inclusive, chamo a atenção para a necessidade de produzirmos trabalhos e pesquisas acadêmicas que partam de uma perspectiva que entenda as vivências da juventude negra para além do cárcere, varejo de drogas e genocídio. É urgente falarmos dos problemas dos jovens para acessar lazer, circular na cidade para atividades que não falem de trabalho e crime, o que significa olhar para o modo como está implicado o racismo.

Quando se faz uma revisão bibliográfica sobre juventude negra no Rio de Janeiro, muito se encontra sobre violência policial, extermínio, sistema socioeducativo. Essa constatação me preocupa, pois no processo de pesquisa, quando falo de jovens negros, encontro apenas obras com esses conteúdos. Isso faz pensar que, para a Academia, os jovens negros estão apenas nesse lugar, podendo gerar um “aprisionamento categórico” sobre a percepção de corpos negros nas cidades.

Neste contexto, me coloco como ponta de lança ao lado de pessoas que estão fazendo pesquisa e disputando as análises acadêmicas com olhares para a população negra. Para isso, busco uma metodologia assertiva de disputa das produções acadêmicas, interseccionando a pesquisa e as vivências. Aposto, então, na corpografia, que definida por Nascimento como “a corpografia se traduz num modo diferenciado de sentir a cidade por meio de intervenções e performances estéticas e artísticas que provocam, rechaçam, questionam a espetacularização das metrópoles contemporâneas” (Nascimento, 2016, p. 3). Tal conceito instrumentaliza esta pesquisa, pois:

De um lado, a corpografia pretende construir uma outra perspectiva sobre as cidades a partir de uma postura política na qual o corpo intervém no espaço urbano por meio de ações artístico-político-culturais, performances e danças que possam questionar as estruturas sedimentadas do espaço público, como ruas, praças, avenidas, passarelas, pontes, muros, automóveis etc. De outro lado, a etnografia pretende produzir um espectro urbano que saia dos lugares comuns (construídos pela mídia, pelas políticas públicas, pelas empresas) e acompanhar os sujeitos urbanos nos movimentos que fazem na cidade. Assim, por exemplo, qual cidade é feita pelos moradores de rua? Qual cidade os skatistas produzem? Qual cidade pode ser ocupada por prostitutas? Qual cidade vivem povos indígenas? Qual cidade é feita por sambistas? Perguntas poderiam ser feitas na forma infinitesimal mas o que me interessa, no fundo, é pensar sobre a relação entre corpo e cidade do ponto de vista etnográfico, à luz das inspirações corpográficas. (Nascimento, 2016. p. 3)

Desse modo, esta pesquisa propõe-se a ser conduzida por meio de um relato cadenciado de vivências urbanas de pessoas negras, na circulação pelas ruas do Centro e Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Partilho da proposta de Grada Kilomba

de “uma epistemologia, que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e realidades específicas [...] não há discursos neutros” (Kilomba, 2019, p. 58). Essa proposta é uma resposta ao modelo de Academia branca, que insiste em não reconhecer que fala e produz análises de um lugar específico, como se a produção acadêmica fosse verdadeiramente neutra. Luena Pereira diz que, para a Academia brasileira, somos construídos como o “Outro”, o que nos coloca em um lugar sempre de cautela no modo de escrever.

No momento em que o “outro” emerge como um pesquisador, ele ou ela precisa urgentemente situar-se enquanto um pesquisador ou pesquisadora explicitando sua posição e pertencimento ao seu universo de pesquisa, correndo constantemente o risco de ser deslegitimado pela extrema proximidade, ou pela “militância” (PEREIRA, 2020, p. 9).

Por isso, insisto na necessidade de que nós, os e as jovens negras e negros, escrevamos e produzamos na Academia, para que estejamos atentos às nossas referências e possamos ecoar o que nós estamos falando de um lugar que também é nosso, e disputemos uma produção intelectual com um “discurso lírico e teórico que transgride a linguagem do academicismo clássico. Um discurso que é tão político, quanto pessoal e poético, como os escritos de Frantz Fanon ou os de bell hooks” (Kilomba, 2019, p. 59).

Como escritoras/es e acadêmicas/os negras/os estamos transformando configurações de conhecimento e poder à medida que nos movemos entre limites opressivos, entre a margem e o centro. Essa transformação é refletida nos nossos discursos (Kilomba, 2019, pág. 59).

Diante desse cenário, coloco meu corpo para disputar produções de novos arranjos de cidade, investigando a brutalidade do racismo que a branquitude ousa dizer que é sutil, a partir de análises descentralizadas e não corriqueiras, pois usualmente, quando se fala de cidade, são majoritariamente falas de pessoas que estão nos espaços tidos como centrais. Contudo, aqui nesta pesquisa a produção acadêmica é feita por um jovem negro, *cria*¹⁰ da Zona Oeste do Rio de Janeiro, que afirma: Fazemos a cidade ser nossa! Viva nós!

¹⁰ Cria é um termo usado nas periferias do Rio de Janeiro, que indica que a pessoa foi formada em um lugar que deixa as marcas impressas em sua existência.

1 Raça no Brasil. Uma análise cidadina.

No Brasil, a escravização das pessoas negras durou cerca de 300 anos e foi respaldada por lei. Foi apenas em 13 de maio de 1888 que a Lei Áurea proibiu, legalmente, a escravização do povo preto. Tal decisão foi tomada por pressão da Inglaterra, como ajuste do modo capitalista de organização do sistema mundial e pela resistência dos negros, que se organizaram em quilombos, armando revoltas e processos legais abolicionistas. A libertação da população negra se deu sem nenhuma política de reparação que possibilitasse caminhos de existência coletiva, com acesso a serviços públicos, empregos, infraestrutura e oportunidades.

Vemos isso quando há um movimento de transformação das relações de produção, que transforma a força de trabalho alavancada por uma política de imigração europeia para que pessoas não negras ocupassem os postos de trabalho no país. Com isso, há um reposicionamento da população negra dada sua nova condição de liberdade, mas ainda mantendo-a subalterna.

As desigualdades raciais que percebemos hoje têm ancoragem nas políticas que, desde a pós-abolição, limitaram as oportunidades da população negra. De acordo com Hasenbalg, a política de imigração de estrangeiros é a principal medida que explica a marginalização de negros no Sudeste e a distribuição de não brancos nas regiões do país com oportunidades educacionais e ocupacionais limitadas. O autor também ressalta que, na medida em que nos afastamos do período escravista, as relações estruturais e os princípios racistas de seleção e estratificação social ganham mais relevância para explicar as oportunidades diferenciadas entre brancos e negros, bem como para a compreensão da transmissão intrageracional e intergeracional das desigualdades raciais (OLIVEIRA, et al, 2020, p. 4).

Nesse contexto, a população negra é mantida em posição de subserviência. Porém, simultaneamente é construído e fortalecido um ideário nacional sustentado na democracia racial que consolidou o pensamento social brasileiro no que tange as epistemologias que lhe sucederam. Trata-se de

O mito da democracia racial brasileira, que defendia a inexistência do racismo no país ao afirmar um suposto resultado harmonioso da miscigenação racial. Esse processo reconhecia as contribuições culturais das diferentes raças, mas negava seu caráter historicamente violento. A partir da obra de Gilberto Freyre, boa parte da elite intelectual e política brasileira — brancos, em sua imensa maioria — passou a defender que o país seria uma espécie de paraíso racial, um país harmoniosamente mestiço, sobretudo se comparado aos Estados Unidos, marcado por suas leis segregacionistas. Uma mestiçagem à brasileira, na qual negros e indígenas eram bem-vindos, desde que abraçassem, sem questionar, os lugares e os limites sociais impostos por essa “democracia racial”, que nunca precisou de leis para segregar (Lopes, 2022, p. 209).

Essa prática diverge do que vemos acontecer nos Estados Unidos e na África do Sul, por exemplo, com políticas como Jim Crow¹¹ e o Apartheid¹². A concepção de que existe democracia racial no Brasil se sustenta na ideia de que aqui não havia racismo como em outros países. Como bem colocou Marx, “o Brasil pós-abolição, ao contrário, evitou distinções legais baseadas na raça, projetando uma imagem de democracia racial. Embora o racismo fosse comum e a desigualdade contínua, não se aprovou nada equivalente ao apartheid ou a Jim Crow” (Marx, 1996, p. 11).

O pensamento sustentado na ideia de democracia racial está presente em boa parte das análises sobre relações raciais no Brasil, como apontou Ynaê Santos em seu texto “Racismo brasileiro: uma história da formação do país” (2022). O ideal do mito gerou um grande conflito na sociedade brasileira para entender como se dão as relações racistas aqui. Segundo Anthony Marx, não havia políticas estatais racistas explícitas no Brasil, como na África do Sul e nos Estados Unidos, já que as leis não faziam qualquer discriminação por raça. Tal análise faz parecer que não havia um projeto anti-negro no Brasil, entendendo, neste caso, que racismo é o que é instituído pela norma legal. Nessa medida, o autor chega à conclusão de que, não havendo racismo, o povo negro tampouco resistiu.

No Brasil, sem um alvo claro contra o qual se organizar, em termos de ideologia estatal e política segregacionista — não havia apartheid nem Jim Crow a desafiar ou reformar —, surgiram poucos protestos de afro-brasileiros, evitando-se em grande medida o conflito racial, apesar da considerável desigualdade socioeconômica (Marx, 1996, p. 12)

Se analisarmos apenas dessa perspectiva, parece que não havia uma política que consolidasse o racismo por parte do Estado, pois não havia uma normatização legal. Mas quando olhamos para a relação com os negros no Brasil, vemos que há diferentes políticas com base na raça, como as políticas urbanas, que afetam principalmente a população negra. Entendo que essas medidas e leis foram uma maneira jurídico-legal de o Estado operar o racismo. E há registros que apresentam momentos que foram protagonizados pela população negra, como no caso da Bahia com a Greve Negra: “em 1857, a maioria dos negros de Salvador, escravos ou não, trabalhava na rua, ou entre a casa e a rua. Eles eram responsáveis pela circulação de

¹¹ As leis de Jim Crow foram leis estaduais e locais que impunham a segregação racial no sul dos Estados Unidos.

¹² Apartheid foi um regime de segregação racial implementado na África do Sul em 1948 pelo pastor protestante Daniel François Malan.

coisas e pessoas pela cidade” (Reis, 1993, p. 8).

No dia 1º de junho de 1857 houve uma calma nas ruas de Salvador, ocasionada pela greve de pessoas negras que ousaram não circular em protesto frente à proclamação de uma “postura municipal”¹³ que dificultaria o trabalho dos ganhadores, como eram chamados os trabalhadores de rua. O autor João José Reis aponta que o trânsito e a carga, seja de “pacotes grandes ou pequenos”, eram feitos pelos negros, em que “tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro” (REIS, 1993). Eram as pessoas negras que movimentavam toda a cidade.

A lei era uma medida, entre muitas outras, concebida pelos poderes públicos para disciplinar o trabalho do negro em Salvador. Na verdade, o projeto maior era disciplinar o negro no espaço público, tanto de trabalho como de lazer. Fossem escravos ou libertos, deviam ser bem vigiados. Vigiados em sua ocupação ostensiva da rua, quer carregando ou vendendo mercadorias, quer fazendo batuque, jogando capoeira ou só vadiando. Conforme leis sistematicamente desobedecidas, os escravos deviam levar passes assinados pelos senhores, e os libertos, passaportes assinados por autoridades policiais, designando quando e por onde podiam circular. Sobretudo não deviam circular às sombras da noite (Reis, 1993, p. 8).

Vemos em diferentes momentos da história que é extremamente necessário, para a elite dominante, a existência de um controle das ruas a fim de disciplinar o modo como o espaço público precisa ser usado, pois isso gera uma ordem produzida como necessária para a cidade. Trata-se de uma produção que se formaliza com leis, fiscalização e outras práticas. Há, até os dias de hoje, ações sistemáticas, estratégias políticas, instituições orientadas a garantir uma governamentalidade definida como “um conjunto de estabelecimentos, de ações, de estratégias, de estatísticas e de cálculos de probabilidades, com o foco na produção da segurança” (FOUCAULT, 1979, p. 171).

Estas estratégias de controle pautadas em um conjunto de ações, como conceitua Foucault, ajudam a normalizar o racismo sem que seja necessário embutir artigos pormenorizados nas leis para garantir a segregação de pessoas negras. Mesmo sem o uso detalhista de uma lei, a lógica de poder pautada na raça define lugares de subalternidade e práticas de controles ostensivas, dando permanência ao racismo.

Com base em análises microfísicas, podemos encontrar diferentes estratégias que falam da normalização para perpetrar o racismo. Um exemplo é o constrangimento que vivemos no transporte público quando rompemos silêncios

¹³Os Códigos de Posturas são documentos compostos por diversas normas elaboradas pelas câmaras municipais com o intuito de manter a ordem vigente nas cidades e instaurar punições previstas para aqueles que as desobedecessem (Limeira e Miranda, 2022, p. 5).

usando formas espontâneas de conversar e cantar consideradas desordeiras. Vemos no controle e esquadramento da circulação dos negros do Brasil formas de consolidar o projeto racista do Estado brasileiro, que não necessariamente usa da força, mas de uma lógica de discriminação que se expressa com mecanismos de correção que produzem modos de regulação de como ser e estar nas cidades.

Sem dúvida que a norma tem relação com o poder, mas o que a caracteriza não é o uso da força, uma violência suplementar, uma correção reforçada, uma intensidade acrescida, mas uma lógica, uma economia, uma maneira de poder refletir as suas estratégias e definir os seus objetos (Ewald, 2000, p. 78).

Estudando as relações raciais na Bahia, especificamente na cidade de Salvador, no século XIX, Reis apresenta os trabalhadores de ganho, aqueles que trabalhavam nas ruas como e fugiam do controle dos senhores escravistas, pois as jornadas dos negros eram descontinuadas e retalhadas. O trabalho era pausado porque não era possível proibir que os escravizados entrassem no samba de roda ou na capoeira. Como estavam nas ruas, o controle era dificultado.

A jornada de trabalho era descontinuada, retalhada, não só pelos intervalos entre um serviço e outro. Não havia, por exemplo, como proibir em definitivo o escravo de baixar o cesto, o pau ou a corda para jogar o apreciar uma capoeira, entrar num samba de roda, consultar um curador na periferia, ou enfurna-se numa casa para orar para Alá, o misericordioso. (Reis, 1993, p. 11)

Essa é uma análise importante para que entendamos como o uso das ruas é uma ferramenta essencial para a população negra, para a sua reinvenção espacial na cidade que está em disputa. A partir das práticas históricas de racismo na cidade de Salvador oitocentista, podemos entender o modo como se explicita a disputa racial nas ruas por meio da prática dos *cantos*¹⁴. Cantos eram espaços urbanos como ruas, ladeiras, etc., aos quais davam diferentes nomes. Lugares em que havia muita música e eram também estratégicos para a cultura de rua, pois era nela que se dava a confluência de pessoas negras, que em algumas ocasiões realizavam encontros e reuniões (Reis, 1993). Nos cantos havia um aspecto territorial que reforçava o sentido de pertencimento para os ganhadores – como eram chamadas as pessoas negras

¹⁴ O sistema de organização das tarefas de ganho originou os "cantos", que eram ajuntamentos de ganhadores, tanto escravos quanto libertos, geralmente pertencentes à mesma nação, onde os fregueses podiam requerer os seus serviços. Esses cantos se espalhavam por locais específicos da cidade, ocupando geralmente um ângulo ou um cruzamento de ruas e recebendo o nome da localidade onde se instalavam, como por exemplo: canto da Calçada, canto do Portão de São Bento, canto da Mangueira, etc. (Costa, 1991, p. 5).

que viviam as ruas. Os cantos não eram só espaços de trabalho, mas símbolos da ocupação negra do espaço público.

Mas como é costume na história da população negra, os espaços que vão sendo inventados são vigiados e ordenados, em muitos casos destruídos, levando sistematicamente ao povo negro a se reinventar. Em junho de 1835, a Assembleia Legislativa Provincial de Salvador, Bahia, decretou a Lei nº 14, que visava regulamentar e disciplinar o mercado de trabalho negro nos *cantos*. De acordo com essa lei, os *cantos* seriam extintos e convertidos em capatazias, ou seja, lugares que passavam a ser controlados por capatazes, cuja principal função era esquadrihar os ganhadores instaurando uma força policialesca. Uma estratégia biopolítica era a obrigação de os negros se matricularem “declarando nome, endereço, nome do senhor (no caso de serem escravos)” (REIS, 1993, p. 17).

Mesmo com tamanha vigilância e vontade política, a lei não funcionou, principalmente pela resistência dos ganhadores, que montaram diferentes estratégias, como a de não se matricularem, como um ato de desobediência civil.

Com o tempo as autoridades desistiram. É provável que para isso tivesse contado a pressão de negociantes prejudicados com a dificuldade do carreto, dos senhores com a falta de segurança do ganho, e muita gente com a falta de cadeirinhas, além dos próprios juizes de paz com o desgaste da luta para fazer os ganhadores obedecerem. Essa desobediência, no entanto, foi o que realmente derrotou a lei. Vencedores, escravos e libertos recuperaram seus territórios e o que seria capatazia voltou a ser canto (Reis, 1993, p. 20)

Com a análise de João José Reis, vemos que a rua é historicamente negra. Entendo que o que a produz são os movimentos que nela acontecem. Outro autor a trabalhar muito o tema da rua, ao que podemos recorrer para análises cidadinas da cidade do Rio de Janeiro, é João do Rio. Em “A Alma Encantadora das Ruas”, o autor traz diversos aspectos da rua como um ser vivo. Isso é importante para minha análise, pois entendo que pensar cidade é pensar o desejo de ruas vivas, relações fluidas entre pessoas, transportes, trajetos, avenidas, políticas públicas. Tendo raça e classe como atravessamentos determinantes para as relações espaciais, podemos perceber a força de tais relações, mas sobretudo as raciais, em toda e qualquer avenida.

Do Rio (1908) discorda que a palavra “rua” fosse entendida como “um alinhado de fachadas”. Ele atribuiu outros significados a ela.

Ora, a rua é mais do que isso, a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma! Em Benares ou em Amsterdão, em Londres ou Buenos Aires, sob os céus mais diversos, nos mais variados climas, a rua é a agasalhadora da miséria. Os desgraçados não se sentem de todo sem o auxílio dos deuses enquanto diante dos seus olhos uma rua abre para outra rua. A rua é o

aplausos dos medíocres, dos infelizes, dos miseráveis da arte (Do Rio, 1908, p. 2)

Partir do entendimento de que as ruas são fatores de vida da cidade nos faz perceber que é essencial que as levemos em consideração quando formos produzir conhecimento sobre relações que têm na cidade o seu palco. Na rua há formas de construção do ser, uma educação de base, principalmente para quem é da periferia. Você aprende desde a mais tenra idade onde você pode ou não pode andar. Entende que é preciso seguir a lógica do que está posto, como entrar nos lugares ou como sair. Precisa ter uma sagacidade para ser preto e pobre no Brasil, que só as ruas ensinam. Não é possível encontrarmos esse aprendizado em livros, só conseguimos isso com a nossa vivência.

Penso que estar na rua é a primeira ferramenta para se proteger dos males dela. É preciso flunar pelas ruas para aprender os códigos que as relações espaciais desiguais impõem, fazendo com que precisemos “Perambular com Inteligência” (Do Rio, 1908, p. 3). As ruas são construções formadas por pessoas que por ela passaram, ficaram e voltaram e por relações que nela aconteceram. Há pessoas na história de qualquer rua. Na circulação por elas, percebemos como a construção de raça e classe no Brasil se apresenta de forma contundente.

Sidney Chalhoub, no texto “Medo Branco de Almas Negras” (1988), trabalha o início da república e a relação com a população negra, liberta ou escravizada. Em todo o momento, nos traz análises e relatos sobre a vida cidadina no Rio de Janeiro desse período. O autor aponta também, dialogando com escritos de João do Rio, que muitos dos feitos de ordenação e ação política da proclamação da República tinha como horizonte disciplinar as ruas da cidade.

Na verdade, talvez seja possível sugerir que um dos sentidos da proclamação da República foi tentar pôr um dique e anular, ou pelo menos disciplinar, a influência cada vez mais decisiva que as agitações nas ruas da Corte estavam a desempenhar nos rumos que tomavam os conflitos no interior da classe dominante. Os republicanos *talvez* tenham tido a intenção de transformar os pobres urbanos em trabalhadores assalariados disciplinados higienizados (Chalhoub, 1988, p. 86).

Neste texto, vemos que o autor cita um artigo de Rui Barbosa¹⁵ que aponta para uma suposta estratégia da monarquia que visava garantir a segurança do trono a partir da participação política dos negros libertos. Chalhoub questiona os motivos

¹⁵ BARBOSA, Rui. Libertos e republicanos. **Queda do Império. Rio de Janeiro. Livraria Castilho, 1921.**

que Barbosa vociferava sobre esse “flerte” entre os negros e a monarquia, já que a mobilização popular e o uso das ruas para as resistências não eram necessariamente uma novidade no Rio de Janeiro, tendo na memória a Revolta do Vintem em 1880.

As mobilizações populares nas ruas foram estratégias acionadas por abolicionistas para o fim da escravização. Em minha leitura, reduzir as ações de resistência da comunidade negra a um “flerte” com a monarquia é reducionista no nosso fazer política, pois “certamente as ações dos escravos, libertos, e pretos pobres da corte contra a escravidão nos anos 1880 - e mesmo muito antes - não significaram de forma alguma um apoio tácito ou explícito a qualquer projeto político das elites” (Chalhoub, 1988, p. 86).

Essa resistência, cujo palco é a rua, nos faz analisar como historicamente as cidades estiveram em disputa racial por meio de diferentes mecanismos. Seja em Salvador, seja no Rio de Janeiro, ou em qualquer lugar do país, os negros foram criando caminhos para sobreviver às desigualdades raciais projetadas.

Estes movimentos das ruas tinham sua dinâmica própria, profundamente enraizada no modo de vida urbano minuciosamente tecido pelos negros durante muitas décadas de lutas subterrânea e silenciosa contra o cativo o longo do século XIX. Os escravos e libertos do rio haviam instituído uma cidade própria, possuidora de suas próprias racionalidades e movimentos, que solapou a instituição da escravidão sem nunca realmente confluir para qualquer projeto ou delírio disciplinador. Foi contra esta cidade negra, arredia e alternativa que a república se voltou. (Chalhoub, 1988, p. 87)

Fazendo uma revisão da produção do debate de raça no país, há quem defenda que as desigualdades são uma consequência apenas da classe, que afetam as pessoas negras por serem majoritariamente o perfil da população socioeconomicamente desfavorecida. Florestan Fernandes aponta que o racismo é uma herança cultural dos tempos de escravização do povo negro, como se com o passar do tempo e com uma suposta quebra da lógica escravista o racismo acabaria. Mas Hasenbalg pontua que ninguém refletiu sobre como o racismo coexiste com a industrialização, não sendo um pensamento e uma prática do tempo de escravização, mas que há práticas que possibilitam a manutenção do racismo não estando sob a égide do período escravista, como com o desenvolvimento capitalista, não sendo apenas uma consequência do pós escravidão, mas uma relação que vai se rearticulando nos dias de hoje.

A raça, como atributo social e historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição das pessoas na hierarquia social. Em outras palavras, a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes

sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social. (Hasenbalg & González, 1982, p. 89)

Faço coro à professora Ynaê Lopes, quando aponta que “o racismo sempre foi uma escolha política, e não uma condição dada” (Lopes, 2022, p. 19). Diante disso, o racismo pode ser considerado como um legado da escravidão. Contudo, em minha análise, percebo que é um processo continuado que se atualiza aos dias de hoje de diferentes maneiras, a fim de manter privilégios e o sistema racial vigente, como um projeto que mantém essa realidade.

Isso ocorre porque o racismo é um sistema político integral. Charles W. Mills, um importante filósofo jamaicano nascido na Inglaterra, defende a necessidade de pensar o racismo a partir do que ele chamou de “contrato racial”. Esse contrato pode ser entendido como uma estrutura de poder específica, definida por regras formais e informais, por privilégios socioeconômicos e pela distribuição diferenciada dos bens materiais, das oportunidades, dos ônus e dos bônus e, também, dos direitos e dos deveres. Como é possível imaginar, essa distribuição diferenciada teria como base a cor da pele das pessoas (Lopes, 2022, p. 14).

Mesmo que a escravização tenha sido proibida por lei, há práticas e normas que fazem com que o *modus operandi* da sociedade brasileira seja guiado por relações raciais que subalternizam a população negra em diferentes aspectos – o que comumente chamamos de racismo. O assujeitamento à concepção de que não há racismo no Brasil exigiu da população negra grande sagacidade e leitura política para construir uma agenda comum do povo negro para reivindicar políticas frente a um Estado que tem como projeto político a subalternização dos negros.

2 DISPUTA POLÍTICA DO PROJETO DE CIDADE

2.1 Projeto Político de Produção das Cidades

É importante percebermos que as táticas de disciplinarização estão presentes em toda a malha social, de maneira dispersa ou organizada e, no espaço urbano, no arranjo espacial da cidade. Acácio Augusto defende que as práticas disciplinares estão presentes para além da “prisão-prédio”, na formatação das periferias.

A flexibilização das práticas disciplinares e de constituição de formas de prisão para além da prisão-prédio fica explícita ao enfrentar-se a atual formatação das periferias como campos de concentração a céu aberto – uma noção proposta por Edson Passetti (2003, 2006 e 2007). Essa noção permite uma análise do novo diagrama do espaço das cidades na era dos controles siderais, a céu aberto. “A sociedade de controle polícia em fluxos, pretendendo alcançar seguranças, obtendo confianças e disseminando tolerâncias” (Passetti, 2006, p. 86). Dessa maneira, sufoca-se a emergência do rebelde, do insurreto e as resistências, quando emergem, são fácil e rapidamente capturadas. (Augusto, 2010, p. 264)

As relações de poder produzem espacialidades distintas para grupos sociais diferentes. Quando Passetti aponta que a formatação das periferias é a de um “campo de concentração a céu aberto”, me ajuda a pôr em análise a disciplinarização como dispositivo, indo para além dos espaços, pensando como essas normas afetam os corpos produzidos como periféricos, em especial o corpo preto, extrapolando a territorialidade e afetando o trânsito dessas pessoas na cidade. Kilomba aponta, ainda, que “as relações de poder desiguais de ‘raça’ são [...] rearticuladas nas relações de poder desiguais entre os espaços” (*Apud* Mohanram, 1999, p. 3).

Tal leitura ajuda a compreender como as relações de poder na formação das cidades fazem com que os corpos brancos possam se mover livremente, e os corpos negros tenham uma espécie de marcador que buscar dificultar nossa circulação, colocando-nos como não pertencentes a determinados lugares. Essa dinâmica de cidade faz com que estejamos sempre marcados a partir da raça, que tenta nos impedir de flunar em um ir e vir. A diferença racial, então, “vem a coincidir com a diferença espacial” (Kilomba, 2019, p. 61.).

O sistema global está enraizado no capitalismo, que é centrado no norte do planeta, na Europa, desde o processo de colonização, e nos Estados Unidos, com o imperialismo estadunidense. Com maior atenção aos EUA, gostaria de trazer para a

análise o modo como esse sistema interfere nos modelos de políticas e na padronização das cidades ao redor do globo.

Um caminho para eu apresentar o impacto de um projeto político do capital de escala transcontinental é a pesquisa de Loic Wacquant sobre o sistema penal, na obra “As prisões da miséria” (2001). O autor traz um panorama de como Manhattan, uma mega-cidade, se organiza e se controla forjando uma nova razão penal no mundo, com base no racismo, tendo a política de drogas como uma das principais frentes para aumentar o encarceramento no país e no mundo. Frisa o autor ser esta uma prática que molda as políticas urbanas e reconfigura as cidades. Esse processo foi implementado com a ampliação da participação do empresariado na área de segurança pública, na condição de uma espécie de “Consultores”¹⁶, tais como o *Manhattan Institute*, um dos principais atores na disseminação da presença empresarial no campo da segurança – uma política sustentada na ampliação da população encarcerada em níveis elevadíssimos, criando um cerco de medo para a circulação de parte da população, que nos EUA é definida sobretudo por características raciais de negros e latinos.

Historicamente, como explica o autor, esse processo começa pela Europa.

Essa vasta rede de difusão parte de Washington e Nova York, atravessa o Atlântico para aportar em Londres e, a partir daí, estende suas ramificações por todo o continente. Ela encontra sua origem no complexo formado pelos órgãos do Estado americano oficialmente encarregados de promover o "rigor penal" que grassa nos Estados Unidos há duas décadas, tendo por resultado uma quadruplicação da população penitenciária absolutamente inédita em um período em que a criminalidade estagnava e depois recuava. (Wacquant, 2001, p. 20)

É importante perceber nesse histórico que grupos políticos que sempre se posicionaram a favor de uma política de “menos Estado”, nesse momento defendem uma estratégia de governo que busca ampliar cada vez mais a ação do Estado, orientada para uma maior vigilância e mais ações policiais. Essa orientação é uma resposta imediata e mais lucrativa frente às consequências da diminuição de políticas de proteção social, pautadas por esses mesmos grupos políticos.

Os mesmos - países, partidos, políticos e professores - que ontem militavam, com o sucesso insolente que se pode constatar dos dois lados do Atlântico,

¹⁶ Aqui, os consultores referem uma atividade profissional na área da segurança que acompanha o florescimento, sem precedentes, do mercado internacional de direitos empresariais dominados pelos gabinetes anglo-saxões. Há uma exportação transatlântica das técnicas americanas de marketing eleitoral e a recente proliferação, nos países europeus, das fundações e institutos de consultoria com vocação semi-erudita, semipolítica, assim como novas "profissões" derivadas tais como "consultor em segurança" (Wacquant, p. 12, 1999).

em favor de "menos Estado" para o que diz respeito aos privilégios do capital e à utilização da mão-de-obra, exigem hoje, com o mesmo ardor, "mais Estado" para mascarar e conter as conseqüências sociais deletérias, nas regiões inferiores do espaço social, da desregulamentação do trabalho assalariado e da deterioração da proteção social. (Wacquant, 2001, p. 21)

Wacquant aponta como um dos responsáveis por essa mudança de lógica internacional Charles Murray que, segundo o autor, “era um politólogo ocioso de reputação medíocre” (WACQUANT, 2001, p. 22) que, aceitando a proposta do *Manhattan Institute* para defender os ideais liberais no campo das políticas públicas, difunde esse ideal por diferentes países.

Murray, junto com Richard Herrnstein¹⁷, cria uma teoria chamada “*The Bell Curve*”, na qual defende que:

[...] o quociente intelectual determina não apenas quem entra e tem êxito na universidade, mas ainda quem se torna mendigo ou milionário, quem vive nos sacramentos do matrimônio em vez de numa união livre ("as uniões ilegítimas - um dos mais importantes problemas sociais de nossa época - estão fortemente ligadas ao nível de inteligência"). (Wacquant, 2001, p. 24)¹⁸

De acordo com essa teoria, a espacialidade, a política e a raça se interseccionam, pois há um caráter de distinção espacial que defende um argumento espacialmente localizado, direcionado às periferias, que criminaliza e patologiza as pessoas que lá vivem. Assim, para Murray,

Muitas pessoas se inclinam a pensar que os criminosos são pessoas oriundas dos 'bairros ruins' da cidade. Têm razão no sentido de que é nesses bairros que residem de maneira desproporcional. (Wacquant, 2001, p. 24)

Sob essa intersecção de espacialidade, políticas e racialidade, analiso como o território coletivo é impactado de maneira distinta politicamente quando falamos de pessoas negras e pobres. Na cidade do Rio de Janeiro é muito comum que se fique sabendo de “Operações Vinganças”, que acontecem por parte da polícia militar após ações de varejistas de drogas nas periferias, que afetam os interesses da polícia, levando ao assassinato e aprisionamento dessa população e a troca de tiros com muito menos assassinato de oficiais na localidade. Essa política consiste em uma mega operação que vitimiza todo o território, deixando um cenário de terra arrasada. Nos últimos tempos (2019-2023), essas operações operacionalizam as principais

¹⁷ Um importante psicólogo de Harvard.

¹⁸ Importante explicitar que essa não é uma fala de Loic Wacquant, mas sim da teoria de Murray, que o autor cita em sua obra.

chacinas no Rio de Janeiro, como no Jacarezinho, Complexo do Alemão e no Complexo do Salgueiro.

Essas regiões da cidade acabam sendo consideradas o centro de problemas da sociedade em todo o globo. Isso é declarado em grandes eventos com visibilidade pública. Na obra de Wacquant, o autor traz a fala de Bratton¹⁹ em uma conferência na Heritage Foundation: “Em Nova York, sabemos onde está o inimigo’, [...] Em suma, o subproletariado que suja e ameaça. É nele que se centra prioritariamente a política de “tolerância zero” (WACQUANT, 2001 p. 26). Essa lógica política que começa nos Estados Unidos, munida pelo capital, se dissemina pelo globo, em países como França, México, Alemanha, África do Sul e Brasil. Alinhando algumas ideias de Wacquant com o debate de Augusto sobre uma “ecopolítica”, pode-se afirmar que

As cidades conectadas umas às outras pelo controle sideral do planeta redefinem seus lugares como campos de concentração a céu aberto, não mais como exercício de um poder biopolítico de controle da população, mas, como indica Passeti (2003), um policiamento contínuo da vida do e no planeta, uma ecopolítica (Augusto, 2010, p. 273)

Com isso, percebo que a análise que faço sobre o Rio de Janeiro não é uma análise isolada de uma cidade, pois ela é mais uma resposta à maneira de produzir cidades no sistema vigente, que tem como estrutura o individualismo, o racismo e a segregação socioespacial.

Para falar de produção de cidades e relações espaciais, é imprescindível que se fale de dominação racial. Falamos diretamente de como os corpos negros são indispensáveis para a acumulação do capital/para o sistema capitalista. No artigo, “Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos Linguísticos e Políticos da Exploração da Mulher”, a autora Lélia Gonzalez recorre à categoria de “Massa Marginal” para construir um debate sobre emprego e relações econômicas a partir das relações raciais. Neste artigo, apresenta as características do que ela chama Massa Marginal:

- a - Parte da mão-de-obra ocupada pelo capital industrial competitivo;
- b - Maioria dos trabalhadores que buscam refúgio em atividades terciárias de baixa remuneração;
- c - Maioria dos desocupados;
- d - Totalidade da força de trabalho que, de maneira mediata ou imediata, está submetida ao capital comercial. (González, 1979, p. 226)

¹⁹ Comandante da polícia de Nova York que adotou a política de tolerância zero, que consiste em “perseguir agressivamente a pequena delinquência e reprimir os mendigos nos bairros deserdados” (Wacquant, 2001, p. 25.)

Lélia Gonzalez faz esse debate com base no conceito de "Superpopulação Relativa", o qual diferencia os que estão na "Marginalidade Funcional", no "Exército Industrial de Reserva" e os que não têm nenhuma possibilidade de emprego. Entendo que no primeiro caso, as pessoas ainda possuem uma possibilidade de geração de renda à diferença de quem se encontra no que a autora denomina de "Marginalidade não funcional".

Importante afirmar que não entendo que as pessoas das periferias e negras sejam marginais. Pensar sob esse prisma é consolidar o que chamamos de centro diante do binarismo margem x centro. Tudo que acontece e gira na engrenagem da sociedade nos constitui, e posso, ainda, dizer que somos o centro político. Se formos analisar o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, veremos que sem as pessoas que são consideradas marginalizadas a cidade e o país não funcionariam – e aqui falo das negras e negros pobres que moram nas periferias e na maior parte das vezes ocupam os cargos subalternos na pirâmide profissional. Não há o que é constituído como centro hoje.

Se pensar sob a ótica da cidade, por exemplo, se não houver pessoas que morem em Santa Cruz, na Zona Oeste²⁰ da cidade, considerada zona periférica, mas que vão até o Centro da cidade ou para a Zona Sul para trabalhar todos os dias, o símbolo do que é central, seja no campo político, econômico ou de serviços, não existiria, pois são essas pessoas que fazem esses espaços acontecerem.

Em uma cidade, grupos de poder definem projetos espaciais que hierarquizam os espaços na condição de centrais e periféricos, como forma de controle biopolítico dos corpos que por ela circulam. No Rio de Janeiro, o deslocamento cotidiano das pessoas que moram nos locais que foram sendo empurrados para a condição de periferia, a exemplo de bairros como o de Santa Cruz na Zona Oeste, faz parte de um projeto político de acordo em que o eixo Centro x Zona Sul é tido como central. Sem essa política de relação espacial, não existiria, como mencionei, o que temos como símbolo de central nos campos político, econômico ou de serviços.

Gonzalez aponta neste artigo que o cenário do desemprego e do subemprego é uma realidade que compõe o que ela chama de "Massa Marginal". Para a autora, as mulheres e a população negra majoritariamente compõem esse setor, e é em cima

²⁰ Aqui eu poderia falar de pessoas de qualquer periferia da cidade do Rio de Janeiro, mas cito o bairro de Santa Cruz, pois é a parte mais afastada da cidade e que o deslocamento é parte fundamental da vida.

disso que ela desenvolve esse debate, analisando esses dois grupos sociais, que muitas vezes se interseccionam e escancaram a realidade de mulheres negras no país.

Seguindo essa análise, a autora aponta que essa não-funcionalidade se torna uma “afuncionalidade”, que no final do dia favorece o projeto sistêmico que está posto (González, 1979) fazendo a manutenção do espaço que a população negra ocupa no mercado de trabalho, atentando também para não cair apenas numa realidade econômica estática, mas levando em consideração a vida política para entender, no setor econômico, os impactos e as inflexões na realidade política Brasileira.

Se nos detemos um pouco na tentativa de caracterização do tipo de equilíbrio que se estabelece, verificamos que nada tem de estático, uma vez que ele se dá num campo de tensão constante em que as mais desconcentradas pressões exigem a multiplicação de alianças e compromissos frequentemente instáveis (González, 1979, p. 227)

Essas alianças e tensões fazem com que percebamos as ações políticas e as políticas públicas como decisões que são avaliadas e possuem cálculos para serem executadas. Decisões essas que escancaram que existe um projeto de Estado que anda em consonância com o neoliberalismo, que por sua vez é enraizado no processo colonial, que teve a escravização como principal pilar. Fazendo leituras conjunturais de políticas conseguimos entender isso de maneira mais objetiva, como no caso apresentado pela autora da campanha de alfabetização no Nordeste, no governo de João Goulart:

Em termos concretos, que se atente para o que Nun denomina “realismo sociológico” da burguesia paulista durante o governo Goulart: as campanhas de alfabetização do Nordeste tornaram-se ameaçadoras na medida em que se traduziam em custos econômicos e riscos políticos. Por outro lado, é nesse tipo de contexto que se inscreve o mito da democracia racial brasileira (González, L, 1979, p. 228)

Nesse contexto, a Sociologia e a Academia têm um papel essencial na disputa política, dado o prestígio e a relevância das análises e produções científicas neste campo. Contudo, as produções de algumas tendências sociológicas tradicionais geram um conhecimento sobre a população negra a partir de olhares e perspectivas brancas. Lélia Gonzalez aponta nomes como os de Clóvis Moura e Florestan Fernandes, entre outros, que atrelam toda a desigualdade racial a *erros*²¹ da lógica

²¹ Falarei mais à frente de como os erros são estratégias da consolidação do racismo na sociedade brasileira.

industrial e da modernização. A depender das análises, elas acabam responsabilizando a população negra pela subalternização dos próprios negros no Brasil.

A sociologia acadêmica tem se posicionado no sentido de -- das mais diferentes maneiras -- apreciar a integração e assimilação do negro como algo a ocorrer graças às exigências lógicas de industrialismo e, conseqüentemente, da modernização. Nesse sentido, a análise do processo abolicionista, pelos teóricos dessa tendência, justifica a situação atual de marginalização do negro como efeito do “despreparo do ex-escravo para assumir os papéis de homem livre, principalmente na esfera do trabalho” (Hasenbalg, 1977, p. 12). A repentina passagem do regime servil para o de trabalho livre fez do “bom escravo um mau cidadão” (Moura, Clóvis, 1977). Cultura da pobreza, anomia social, família desestruturada, enquanto efeitos atuais desse salto, explicariam as desigualdades raciais vigentes (Fernandes, Florestan, 1972, 1977, 1978; Ianni, O., 1972). Tal interpretação, além de deslocar para o negro as razões de sua mobilidade social, não considera o fato de que a grande maioria da população de cor (90%) já se encontra livre e economicamente ativa antes de 1888 (cf. Hasenbalg, C., 1977 e 1978 e Skidmore, Thomas E. 1976, p. 56-60). Por outro lado, ela como que libera o segmento branco, e suas instituições, em face da menor responsabilidade quanto à situação atual do negro. (González, L, 1979, p. 230)

Esse olhar, que entende a posição social das pessoas negras como um desajuste técnico do sistema capitalista pela falta de qualificação para o trabalho da parte dos negros, acaba por embasar análises que nos responsabiliza pela realidade social que é projetada para nos colocar na subalternização. Vemos isso até os dias de hoje quando se defende uma lógica meritocrática para justificar um discurso de subalternização racial que culpabiliza jovens negros que estão fora do mercado de trabalho ou no subemprego, com argumentos como: “se estivesse estudando não teria passado por isso” ou “precisa trabalhar mais para conseguir o que quer”. Argumentos como estes não levam em consideração a construção conjuntural da condição dos negros no Brasil. Temos diferentes casos que desestruturam esse argumento de jovens negros que estudam e acabam por serem assassinados dentro da escola ou, mesmo quando conseguem terminar os estudos, mas não possuem oportunidades de trabalho devido ao lugar onde residem, à falta de contatos sócio-familiares para serem introduzidos em espaços de trabalho, ao desconhecimento de relações próprias ao meio de trabalho que não acompanham as práticas e os hábitos de suas famílias e suas escolas. Os argumentos meritocráticos não se sustentam, fazendo perceber que esse é um lugar que é produzido minuciosamente, como nos apresenta Hasenbalg.

Gostaria de propor aqui a perspectiva segundo a qual a raça, como atributo socialmente elaborado, relaciona-se diretamente com o aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, ou seja, a reprodução (formação – qualificação – submissão) e distribuição dos agentes. Isto obviamente implica em que as minorias raciais não estão excluídas da estrutura de classes das

sociedades multirraciais onde as relações de produção capitalista – ou outras relações, se for o caso – são as dominantes. Mais ainda, o racismo, como articulação ideológica que toma corpo e se realiza através de um conjunto de práticas (isto é, discriminação racial), é um dos principais determinantes da posição dos negros e não-brancos dentro das relações de produção e distribuição. Uma vez que o racismo (de forma similar ao sexismo) transforma-se numa parte de estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, a produção da divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para elementos subjetivos como o preconceito (Hasenbalg., 1978, p. 101-102)

Essa realidade enfatiza como a falta de oportunidade tem um rastro racial dado e consolidado na nossa sociedade, elaborado pelo racismo, divergindo de análises sociais meritocráticas que defendem um olhar totalizante e homogêneo que não leva em consideração desigualdades históricas e mecânicas de preservação de tais desigualdades. Essa realidade posta nos dias de hoje ainda está a serviço do sistema capitalista.

Quando falamos sobre a relação da cidade com o capital, podemos fazer análises tendo a espacialidade como um analisador. Há inúmeros relatos de pessoas negras que moram em periferias que precisam pedir comprovante de residência emprestado quando vão tentar algum emprego, pois quando moram muito longe desses locais, as chances de conseguir a tão necessária fonte de renda se torna mais difícil. De um lado, o empregador tem que pagar vale transporte²² e, pelo outro, favelas e periferias são locais em que as incursões policiais, principalmente em horário comercial, são a regra, fazendo com que essas pessoas não consigam chegar ao trabalho, colocando em risco a produtividade diária do patrão. Importa frisar, também, que morar ou circular nesses locais é considerado um risco para os empregadores.

Majoritariamente, as pessoas que moram nessas localidades são pessoas negras, o que me faz levar em consideração que espacialidade e a racialidade afetam diretamente a realidade empregatícia no Rio de Janeiro. Assim, “o racismo [...] estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas” (Gonzalez, p. 232).

Essa construção histórica vai apresentando uma realidade social frente à qual pessoas negras ficam nas posições mais subalternizadas. Atualmente vemos uma

²² Que é um benefício dado para os trabalhadores e trabalhadoras chegarem no trabalho, sem precisar gastar dinheiro com transporte, levando em consideração que o Brasil em 2022 estava em 36º no ranking dos 100 países com as passagens mais caras do mundo. Dados produzidos pela Numbeo e divulgados no Estadão: <https://mobilidade.estadao.com.br/meios-de-transporte/brasileiro-gasta-17-do-salario-minimo-com-transporte-publico-diz-levantamento/> (Acessado em 02/06/2023).

crescente de jovens negros ocupando condições de trabalho precarizado em setores que mais uma vez reinventam e ampliam a forma de gerar lucro para o capital – os “entregadores de aplicativo”. Esta é uma forma de manutenção de uma posição subordinada que gera lucro através de jovens negros.

Mas há uma inovação nesse sentido, possível de ser percebida quando vamos analisar o mercado formal que, para a maior parte dos postos de trabalho, exige uma mínima escolarização. Quando falamos do mercado informal é necessária uma experiência técnica. E para se inserir em ambos os setores é necessário que se alcancem oportunidades. Levando em consideração o fator raça, Lélia Gonzalez aposta que essas oportunidades vão principalmente para pessoas brancas.

Claro está que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou super-exploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam nas recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. (González, 1979, p. 232)

Em minha análise essa juventude negra que está sem oportunidade, seja no mercado de trabalho formal ou informal, se torna uma grande possibilidade para o capital lucrar ainda mais. A partir do ramo tecnológico, o grande capital encontra nos aplicativos uma forma de ampliar o lucro em cima dos corpos dessas pessoas negras. Se no mercado formal precisa de escolarização e no informal de experiência, nesse setor dos aplicativos esses jovens só precisam do seu corpo e força de vontade. Importante enfatizar que essa força de vontade é historicamente constituída nas nossas vidas, a partir de um modo de subjetivação que aponta que ela será o motor que transformará a nossa realidade. A partir do cenário de necessidade econômica e possível mudança de realidade a partir da geração de renda mais facilitada, esses jovens entram para esse campo de trabalho que triangula o lucro no capital.

Quando falo de uma triangulação do lucro, quero dizer que um setor econômico que faz a conexão entre uma empresa que precisa de um serviço de entrega, e outra empresa que possibilita um meio de locomoção mais acessível, encontra em jovens negros a força de realização necessária para que se gere um ecossistema de serviço lucrativos para as três áreas diferentes: os aplicativos de conexão, os restaurantes e as empresas locomotivas.

Agora, os restaurantes não precisam mais ter um funcionário para realizar as entregas, e quem faz esse serviço de entregador hoje não precisa mais, necessariamente, ter uma moto para exercer tal atividade. É possível agora que se

alugue bicicletas de empresas que facilitam o acesso a esse modal. Acredito que esse *modus operandi* é racialmente guiado, pois foi uma forma que o sistema capitalista encontrou para lucrar em cima de pessoas que não estavam sendo oportunizadas no mercado tradicional. Isso não quer dizer que só há pessoas negras trabalhando como entregadores de aplicativos, há também pessoas pobres brancas. Mas o que trago para o debate é que há caminhos de análise nesse setor sob uma lente racial.

Há diversos acontecimentos que nos mostram isso. Vemos que as pessoas brancas que são entregadoras possuem vantagens frente às pessoas negras. Trago para o caso de violência racial contra Max Ângelo para exemplificar. Max é um entregador de *delivery* que foi chicoteado por uma racista e agredido verbalmente em São Conrado, lugar de elite na cidade do Rio de Janeiro²³ durante a sua rotina de trabalho. Dificilmente uma cena como essa aconteceria com uma pessoa branca. Mais um caso que intersecciona raça, espacialidade e trabalho.

Isto significa, em outros termos, que, se pessoas possuidoras dos mesmos recursos (origem de classe e educação, por exemplo), excetuando sua afiliação racial, entram no campo da competição, o resultado desta última será desfavorável aos não-brancos. (González, 1979, p. 233)

2.2 A Cidade em disputa

Sob esse contexto, a disputa racial da cidade precisa ser feita coletivamente. Pensarmos em uma cidade coletiva, é pensar numa cidade negra que está em disputa, construindo novas relações espaciais e gerando a reinvenção da cidade a partir da resistência pela circulação da população negra.

A dimensão geográfica atual do racismo no Brasil busca instituir espaços racionalmente compartimentados e o entendimento negativo da corporificação do espaço. O negro foi inventado moderno-colonialmente como o corpo. Logo, o problema espacial inventado pela branquitude é corporificado (Oliveiras, 2021, p. 94)

Diante desta realidade, o uso coletivo negro da cidade é subversivo, pois vai contra a norma historicamente construída, que defende a individualização dos processos, inclusive da circulação. Em 2020, quando transitava pelo o Rio de Janeiro acompanhando, para a minha pesquisa de monografia, um bloco de carnaval de Campo Grande, constituído majoritariamente por jovens negros e pobres, percebi uma

²³ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/04/15/agressora-de-entregadores-em-sao-conrado-e-banida-de-aplicativos-de-delivery.ghtml> (Visto em 13/05/2023).

realidade que antes, para mim, não estava posta. Era o uso coletivo festivo dos trens urbanos, com dezenas de pessoas cantando marchinha e funk. As pessoas estavam rindo, conversando uns com os outros e acabavam criando novos grupos, tendo nessas conexões uma transformação do uso do transporte público, criando novos arranjos na circulação pela cidade de maneira mais coletiva e menos usual. Resgato Clarice Cassab para quem esse uso é potente para a disputa da cidade, pois cria-se uma outra apropriação do espaço urbano.

No processo de distinção espacial parece também estar em jogo a capacidade de apropriação do espaço urbano como sendo um espaço decisivo para a produção e reprodução da vida dos jovens. Por essa razão que a apropriação também é entendida como a possibilidade de se mover, possuir e agir. Apropriar-se remete à identificação com o espaço e, conseqüentemente, a possibilidade de sua transformação. Um espaço de que não se faz parte ou com o qual não se identifica, não é apropriado e conseqüentemente transformado. (CASSAB, 2009, p. 4)

Esse movimento é importante frente a um cenário cuja realidade das cidades é cada vez mais automatizada, feita para a circulação individual, respondendo à política neoliberal de globalização que afeta a circulação. Como nos aponta Nascimento, citando Sennett,

Há uma relação intrínseca entre corpo e espaço que se manifesta a partir de temporalidades e formas de contato que podem ser feitas por aproximações e distanciamentos. Ou seja, carne e pedra se interconectam segundo certas variáveis como projetos arquitetônicos, sistemas econômicos, culturais e políticos, acontecimentos e marcos históricos, entre outros. Esta ligação se refere à capacidade de os espaços urbanos permitirem contatos, movimentos e agências corporais. Sua tese é de que, pelo processo de globalização, as grandes cidades, como Nova Iorque, aboliram o contato corporal e cederam lugar aos automóveis, às redes virtuais e às velocidades do capital. (Nascimento, 2016, p. 4)

Dado esse contexto, essa realidade da vida automatizada, efêmera e de passagem afeta principalmente as pessoas negras e pobres, as pessoas que majoritariamente vivem em trânsito, que moram mais longe do emprego e o trabalho tem como foco alimentar sua família. Assim, “experiência física da velocidade – como o deslocamento através de automóveis, trens, metrô – tornou o espaço urbano um mero lugar de passagem, desconectando-o do corpo” (Nascimento, 2016). É importante pensarmos a circulação na cidade conectada às produções capitalistas porque conseguimos perceber que o movimento cotidiano da população negra nas ruas da cidade, nos diferentes modais, dá vida às linhas radiais. Quem pensa o projeto de mobilidade urbana no Rio, não está pensando na circulação das pessoas que fazem o trânsito entre centro e periferia, que precisam de qualidade do traslado

delas. Só pensam que elas precisam chegar nos seus lugares de trabalho, seja em qual for a condição, pois essas pessoas são fundamentais, como engrenagens que fazem o mercado funcionar. São horas nos transportes públicos para manter um sistema econômico de pé, forte e estruturado. As cidades só funcionam por conta dos corpos negros que a produzem e fazem todos os dias acontecerem.

Destaco a vida nas ruas para perceber essa relação entre a cidade e os corpos, pois é urgente analisarmos com muito cuidado e atenção a presença negra na vida urbana, pois os corpos que precisam estar à serviço do capitalismo para produzir cada vez mais lucros são vistos cada dia mais não como pessoas e sim como instrumentos. “O corpo se descola do sujeito para se tornar objeto do capitalismo que deve ser saudável, jovem e adestrado pelos poderes médico-jurídicos do mundo moderno”. (NASCIMENTO, 2016). As relações socioespaciais são racialmente produzidas, trazem marcas e expressões sociais que nem sempre estão explícitas, mas sempre estão presentes.

A geopolítica envolve as disputas de poder no espaço em diferentes escalas, esferas e contextos. Apontar uma relação entre racismo e geopolítica significa compreender as tensões e os projetos de dominação racial incurso na definição de como o espaço será produzido, organizado, usado e apropriado (Oliveira, 2021, p. 81)

3 USO NEGRO DA CIDADE

3.1. Relações Raciais e Espaço Urbano

Olhar para as relações espaciais de maneira racializada na vida urbana das cidades se apresenta cada vez mais como um desafio para as Ciências Sociais, pois quando é realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema, poucas são as produções e pesquisas acadêmicas que fazem uma articulação dos temas espacialidade e racialidade, como Raquel Rolnik já nos apontava no final do século XX. Em “Territórios Negros nas Cidades Brasileiras: Uma etnicidade em São Paulo e Rio de Janeiro”, Rolnik (1989) começa a obra explicitando como é difícil um trabalho que debata raça e cidade de maneira empírica, apontando que os trabalhos referidos à raça estão pouco presentes quando postas em análise as relações no espaço urbano. De acordo com a autora, até o início do século XXI, a sociologia urbana não fazia um trabalho racializado. Rolnik aponta também que a Antropologia é uma das poucas áreas que discute tal relação, mas não o faz de maneira ampla, porém focalizada, como por exemplo, fazendo estudos sobre terreiros, escolas de samba, entre outros. Silvio Almeida fala do quão importante é olharmos para a espacialidade para pensarmos a racialidade de maneira crítica.

Pensar a “raça” de forma crítica é, portanto, considerá-la um construto socioespacial. Com efeito, características físicas e práticas culturais são apenas o dispositivo que faz atuar sobre os indivíduos uma série de mecanismos de controle e de dominação. O tratamento dispensado pelo presente livro à questão da mobilidade urbana nos leva a refletir como o racismo opera na configuração dos espaços e na determinação das condições com que os corpos se movimentam em cidades organizadas pela lógica da exploração capitalista. Por isso, a luta antirracista consiste na formulação teórica e na realização de práticas políticas que quebrem as interdições raciais e de classe²⁴

Esse panorama nos traz uma óptica de controle a partir da espacialização da vida, evidenciando como o controle também passa pelas produções cidadinas, pois há diferentes modos de operacionalizar os projetos políticos a depender do espaço da cidade. O projeto espacial de produção disciplinar das ruas é pré-determinado por uma decisão política e territorial. Tais práticas não mudam muito do Brasil colônia para

²⁴ <https://rosalux.org.br/product/mobilidade-antirracista/> (Acessado em 04/09/2023).

cá. Mbembe, Fanon, entre outros autores, nos mostram como é importante o controle da espacialidade para o poder branco hegemônico.

Essa inscrição (territorialização) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; [...] Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto. (Mbembe, 2016, p. 135)

Contemporaneamente, Mariana Panta chama a atenção para o fato de que, quando se fala de relações segregacionistas nas cidades, o principal norte é o eixo de classe, levando para uma análise econômica e não necessariamente centralizando a raça como conceito fundamental para entendermos as relações urbanas.

No Brasil, as análises sobre segregação urbana encontram campos mais profícuos e consolidados de discussão em estudos baseados em teorias marxistas. Desse modo, as investigações que centralizam classe e questões econômicas para explicar a segregação estão devidamente inscritas na produção teórica brasileira (Panta, 2020, p. 81).

A maneira como essa realidade opera acaba cerceando o trânsito de dezenas de pessoas negras. A construção da cidade passa por uma divisão racial do espaço, que gera padrões urbanos diferenciados nas políticas de mobilidade, infraestrutura, segurança pública e etc. Quando falamos de Rio de Janeiro, existem realidades distintas distribuídas nas regiões da cidade. Para essa análise, os apontamentos de Lélia Gonzalez nos ajudam a problematizar essas relações espaciais, fazendo um diálogo com Aristóteles sobre a noção de Lugar Natural. Assim, nos diz que

Os diferentes modos de dominação das diferentes fases de produção econômica no Brasil parecem coincidir no mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do lugar natural de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente está com a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os feitores, capitães-do-mato, capangas, etc, até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e o sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da Senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os direitos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (Hasenbalg & González, 1982, p. 15)

Há diferentes formas de estar localizado na cidade e diferentes implicações, seja geográfica, racial, de gênero. Cada marcador social que identifique a pessoa muda o modo como ela se relaciona com a cidade. Neste debate, o conceito de natural pode ser problematizado para entender como os espaços e a racialidade se interseccionam. Segundo Guimarães, raça não é algo natural, mas sim social, visto que

‘Raça’ é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informado por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. As realidades das raças limitam-se, portanto, ao mundo social (Guimarães, 1999, p. 11).

Com base nessa análise, ao investigar as relações socioespaciais da população negra, trabalho com o conceito de “Lugar Social” dando ênfase às divisões que estão expressas no cotidiano e que não são naturais, mas sim politicamente guiadas por um projeto histórico. Nesse sentido, pode-se falar que são construídos lugares sociais que não estão dados e que historicamente vêm sendo enfrentados para poder viver e circular por outros lugares ou circuitos. Interessa, também, em particular, problematizar essa realidade social violenta para os corpos negros, não só nas periferias, mas também em bairros mais elitizados. Há diferentes modos de coexistir no mesmo local quando olhamos pelo prisma das relações raciais.

Fanon analisa as diferenças nas relações entre as pessoas brancas e negras, marcando que a partir de sua cor há uma mudança na forma de se comportar. Usualmente as pessoas negras, mesmo quando estão em estado de relaxamento, estão atentas ao que o racismo pode produzir, podendo sempre vitimá-las.

O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial... E ninguém pensa em contestar que ela alimenta sua veia principal no coração das diversas teorias que fizeram do negro o meio do caminho no desenvolvimento do macaco até o homem. São evidências objetivas que dão conta da realidade. (Fanon, 2008)

A ideia de Fanon permite pensar na divisão espacial do Rio de Janeiro e no modo como ela é pautada pela raça, pois, se sabemos onde encontrar pretos e/ou brancos, é porque é explícita a divisão racial da cidade, que muitas pessoas tentam e fingem não ver. Para uma parcela da população não é incômodo não ver nenhuma pessoa negra no recinto, mesmo em uma cidade com grande densidade populacional

negra, evidenciando também que o jovem negro tem no mínimo dois tipos de relações com a cidade, uma com os bairros e espaços predominantemente brancos e outra com os bairros majoritariamente pretos, portanto esquadrihados e subalternizados. Frantz Fanon já apontava essas diferentes relações em “Pele Negra, Máscara Branca”.

A dificuldade para analisar essas fronteiras que são construídas no espaço se dá por não serem fixas e enrijecidas, já que não se apresentam só de maneira geográfica. Elas são fluidas, o que torna a análise sobre a racialidade dos espaços mais complexa. Trago para esta análise a cidade do Rio de Janeiro, quando olhamos para a Zona Sul da cidade, que é composta por locais onde moram as pessoas com mais capital, embora seus bairros não sejam homogêneos. Nessa parte da cidade há favelas e periferias em que moram pessoas negras e pobres que sofrem violências do poder público e das relações racistas cotidianas. Assim, embora morem nos mesmos bairros, os espaços não se misturam: há partes para brancos e outras para pobres que em maior grau negros.

É preciso olhar as relações diárias com um pouco mais de cuidado para perceber as separações da cidade e a forma com que se constitui nela uma “divisão racial”, pois há uma intersecção de diferentes fatores: não é só estar morando na Zona Sul que te faz ser privilegiado, o privilégio da realidade local muda a partir de marcadores sociais, como raça, classe, gênero, sexualidade, entre outros. Há diferentes nuances a serem observadas, como a relação entre pessoas negras e brancas com um maior poder aquisitivo; a relação dessas pessoas com os que têm menor poder aquisitivo. Como essas flexões sociais impactam na realidade social? Mbembe me ajuda a entender essa relação sociorracial como um projeto urbanístico estilhaçado, fragmentando, possibilitando diferentes tratamentos num mesmo espaço a partir de ideais e projetos pré-moldados, como ocorre nos territórios da Cisjordânia. Assim,

De acordo com Weizman, em vez de criar uma divisão conclusiva entre as duas nações por meio de uma fronteira, “a peculiar organização do terreno que constitui a Cisjordânia criou múltiplas separações, limites provisórios que se relacionam mediante vigilância e controle”. Nessas circunstâncias, a ocupação colonial não equivale apenas ao controle, vigilância e separação, mas também à reclusão. É uma “ocupação fragmentada”, assemelhada ao urbanismo estilhaçado que é característico da modernidade tardia (subúrbios, comunidades fechadas) (Mbembe, 2016, p. 136/137)

Podemos observar essa realidade desde o Brasil colônia a partir do projeto de “redefinição territorial” e de políticas de higienização, pois como diz Rolnik (1989), tal projeto é a expressão da vontade e dos desejos da elite brasileira de fazer uma transição sócio arquitetônica das cidades do país para não ser mais uma cidade colonial e sim uma cidade em padrões capitalistas. Um exemplo apresentado pela autora é a mudança de organização urbana no Centro do Rio de Janeiro, que era majoritariamente ocupado pelo povo negro e sua forma de organização era depreciada pelos brancos, com o discurso da promiscuidade e da ausência de organização social familiar. Argumentos estes compõem o mito racista que perpetua uma visão etnocêntrica do que é o meio negro. Vemos esse julgamento sobre a forma organizacional das pessoas negras também sendo afirmado por Mariana Panta (2020), no texto *População Negra e o Direito à Cidade*, em que aponta que

A imagem depreciativa dos territórios negros foi intensificada devido à aglomeração de pessoas, tidas como desclassificadas, que dividiam habitações coletivas da região central; à proximidade excessiva entre aqueles que nem sequer pertenciam ao mesmo núcleo familiar; à densidade de contatos, gestos, linguagem, danças; enfim, a uma série de elementos que conduziam à ideia de promiscuidade, destoante da disciplina, organização e padrões morais dos grupos economicamente mais abastados. (p. 88)

Essa configuração espacial no início do século XX e essas concepções racistas para a socioespacialidade negra na cidade foi algo primordial para a consolidação da sociedade que temos hoje, estruturada na divisão racial dos espaços. Pensar “divisão racial” é entender que ela não é só física, já que também é imaterial, porque a partir de modos de subjetivação, faz com que existam práticas que perpetuam a divisão racial em todas as esferas das relações até os dias de hoje.

Um exemplo atual são as postagens de 2015 da página do Facebook “Alerta Leblon”²⁵, que convocavam os moradores do bairro a tirar fotos de pessoas negras na praia, caracterizadas como “Perigosas, que estão nos assaltando”. A perseguição a pessoas negras que circulam em espaços onde são bem vindas apenas como trabalhadoras subalternas é um modo, mais que de coibir, de reprimir e perseguir jovens negros que circulam pela cidade. Essa prática faz com que esse projeto de cidade sempre lembre quais são os locais destinados à apropriação dos corpos negros, e isto não acontece apenas no Rio de Janeiro ou no Brasil. A racialidade é um

²⁵ <https://www.geledes.org.br/alerta-leblon-o-racismo-do-bairro-mais-rico-do-rio/> (Acessado em 26/09/2022)

marcador essencial para a construção de cidades em todo o mundo. Grada Kilomba fala sobre isso no caso da realidade de Portugal.

Esse era um mundo onde ela poderia trabalhar como doméstica, criada ou prostituta, mas onde ela não podia viver; ela sempre tinha de retornar a margem. Havia leis para garantir seu retorno à periferia e severas punições para quem tentasse permanecer (Kilomba, 2019, p. 67)

Essa relação entre centro e periferia acaba sendo regra na produção das cidades, mas, voltando para a realidade do Rio de Janeiro, como aponta Cassab (2012), existe uma proposta política que faz com que os jovens de periferia, que são majoritariamente negros, não vivam a cidade livremente para o lazer. Eles estão em certas partes da cidade apenas como trabalhadores, sem se sentirem confortáveis em determinados espaços por conta de olhares repressores, pela perseguição em ambientes fechados por agentes de segurança privada e até mesmo por falas que tentam expurgar essas pessoas dessas localidades.

A cidade do Rio de Janeiro é constituída pelas regiões elitizadas, como a Zona Sul, com bairros como Ipanema e Copacabana, verdadeiros cartões postais internacionalmente conhecidos e valorizadas politicamente, mas também faz parte dela as demais partes negligenciadas, como a Baixada Fluminense e a Zona Oeste, em que os transportes públicos levam em torno de duas horas e meia de distância da Zona Sul da cidade do Rio.

Entretanto, é importante ressaltar que todos esses espaços não são homogêneos, pois mesmo nos espaços de riqueza há partes mais pobres, e nas zonas caracterizadas como de pobreza há setores abastados. O racismo se apresenta nesses espaços por diferentes mecanismos. Como salienta Soares, "a partir dessa proximidade física entre as [...] classes sociais distintas, surgem novos mecanismos de segregação urbana, como muros, cercas elétricas, maior policiamento, câmeras e vários modelos de tecnologia militarizada" (Soares, et. al, 2019, p. 132).

A maior questão entre essas regiões não é a distância, mas as políticas e equipamentos públicos que dificultam a circulação dos moradores de bairros periféricos, fazendo com que nem todos consigam transitar pela cidade com a mesma facilidade. É importante pensarmos na "sócio espacialização" das relações raciais na cidade do Rio de Janeiro, pois ela dita a dinâmica da cidade. Os espaços são criados a partir da disputa dos sentidos da forma de exercer o poder político. Uma área política importante é a de transporte urbano. Vemos que em determinadas partes da cidade existe uma maior frequência de ônibus, enquanto em outras só existe um ônibus

rodando na linha e sendo frequente a extinção de linhas essenciais para o cotidiano da população mais empobrecida. Essas determinações são políticas e obedecem a uma orientação racial. Como aponta Denilson Oliveira, apoiando-se na análise de Mbembe (2014), “nossa hipótese é que subsídios raciais espacialmente diferenciados são usados para interferir na mobilidade de corpos negros” (OLIVEIRA, 2021, p. 80).

A inexistência de políticas públicas que estimulem esse grupo a transitar e buscar conhecer outras partes da cidade é uma forma de reafirmar as barreiras sociais impostas. Elas estimulam a segregação, determinando que os espaços mais elitizados sejam frequentados por pessoas brancas, de preferência de classes sociais mais altas, e a população preta permaneça segregada nos territórios destinados a ela, de acordo com o sistema político vigente.

Para essa visão, predominante no atual contexto capitalista e fortalecida pelo discurso neoliberal que impera em nossa realidade, a segregação dos espaços e modos de vida é absolutamente necessária para se criar uma especulação que possibilite as maiores taxas de lucro possíveis aos investidores da área. Para isso, é muito interessante que haja espaços na cidade em que as condições de vida são degradantes ao ponto de não inspirar ninguém a morar lá, exceto se por necessidade. É interessante que esse seja o local onde reina a ilegalidade e a violência, justificando a presença policial ostensiva e o tratamento desmedido que os habitantes desse espaço recebem normalmente da força policial. (Soares, et. al, 2020, p. 131)

A população negra está em todos os momentos circulando nas tramas da racialização da vida e isto se dá de formas diferenciadas quando a circulação é individual ou coletiva. A movimentação pela cidade é uma quando a pessoa negra está sozinha e outra quando está em grupo, pois quando estamos em grupo, essa imagem de perigo em torno do corpo negro se exacerba. Quando acontecem os rolezinhos, por exemplo, temos uma evidência clara de como a juventude negra, se movimentando coletivamente, é uma afronta. Como analisado por Cassab

A reunião desses jovens pobres pelas ruas e seu movimento pela cidade, seja na busca de lazer ou mesmo na procura de emprego, é visto como potencialmente perigosa. A ocupação da cidade pelos jovens só é tolerada dentro dos limites da ordem imposta pelos adultos, o que significa de forma disciplinada, preferencialmente sozinhos e restrita a determinados bairros. Esses jovens têm sua circulação controlada e tolhida. O que se agrava quando a lógica da distinção territorial impõe a jovens pobres o não direito de estarem em muitas partes da cidade. (CASSAB, 2009, p. 6)

Um caso que chama atenção, que imbrica arranjo espacial, força estatal e acesso ao lazer e juventudes, foi o que aconteceu em 2019 no baile da Dz7, em

Paraisópolis em São Paulo²⁶, no que uma operação policial levou à morte de 9 jovens, entre 14 e 23 anos, que morreram asfixiados ou pisoteados em vielas em meio ao caos que foi instaurado pela polícia militar de São Paulo, que encurralou jovens em becos, usou gás de pimenta e agrediu essas pessoas que ali estavam. Essa prática se sustenta em uma noção criminalizante da pobreza e da população preta, que não é pontual visto que faz parte dos mecanismos do Estado de controle populacional, evidenciado pelos inúmeros casos de violência. Toda a história da construção das cidades brasileiras é marcada por concepções racistas, como a lei da vadiagem²⁷ do fim do século XIX e início do século XX, a perseguição ao Black Rio e a prisão do DJ Renan da Penha²⁸.

A violência no baile de São Paulo, em 2019, fala do esquadrinhamento das pessoas negras de periferia em seus espaços de lazer, como ocorre com os bailes funk ou nos shows de Hip-Hop, o que nos permite perceber a relação de submissão a que são submetidos alguns espaços na cidade.

Na impossibilidade de exterminar os que fazem, escutam e se identificam com o funk – afinal, quem limparia as casas, faria as comidas, engraxaria os sapatos, cuidaria dos filhos das classes dominantes – procura-se censurar e mesmo liquidar suas formas de lazer, de sociabilidade, pois despersonalizar o inimigo, sobretudo quando este é oprimido por uma sociedade que se ergue sobre suas costas, com a força de seu trabalho, é primordial para garantir sua submissão. (Lopes, Facina. 2010, p. 196)

3.2. Relações espaciais racializadas no Rio de Janeiro

Considerando que as relações espaciais são uma parte da cidade, e como nos lembra David Harvey à luz de Robert Park, a cidade “é [...] a tentativa mais coerente e, em termos gerais, mais bem-sucedida de refazer o mundo em que vive, e de fazê-lo de acordo com seus mais profundos desejos” (Harvey. 2014, p. 28), problematizo a ideia de ser o “mais coerente”, entendo que a coerência parte de lugares particulares produzidos historicamente, ou seja, o que pode ser coerente para X, pode não ser para Y.

²⁶ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/02/baile-paraisopolis-mortes-o-que-se-sabe.htm>

²⁷ DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941, Art. 59º (Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita).

²⁸ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/22/justica-determina-prisao-de-dj-rennan-da-penha-e-mais-10-envolvidos-no-baile-da-gaiola.ghtml>

Nesta lógica, conseguimos fazer uma relação do que se entende como coerência com o que entendemos como verdade. Ambos parecem ser indiscutíveis, como se fossem únicos, quando se diz que são embasados na razão e na ciência, como algo muito objetivo. Só que vemos com Michel Foucault no texto *Verdade e Poder*, que a verdade, segundo o autor, não são as coisas verdadeiras, mas sim as regras que dizem o que é verdadeiro ou falso.

Há um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” - entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (Foucault, 2008, p. 13)

Nesse sentido, levanto alguns questionamentos, como: de quem são essas verdades e coerências que são levadas em consideração para construção das cidades? Para quem eles servem e como se apresentam? Ao colocar a sociedade brasileira em análise, sob a perspectiva da construção de cidades e da estratégia de “refazer o mundo em que vive”, como proposto por Harvey (2014), a construção histórica e social de raça no Brasil é um fator determinante para entender quem define os projetos de construção das cidades e a partir de que concepções de verdades e coerências. Olhando para o processo racial histórico no país, vemos que quem costuma estar e ocupar os espaços públicos e quem consegue incidir nos projetos políticos são as pessoas brancas, interessadas em aprofundar as relações de desigualdade social. São pessoas brancas que compõem os grupos que tomam decisões políticas institucionais que guiam a vida cotidiana. Interessa indicar que essas decisões são fundamentadas em marcadores raciais, que perpetuam o racismo e reestruturam as maneiras de subalternização da população negra.

Apesar da construção dos marcadores raciais serem dependentes do contexto da história colonial de determinado lugar, ela ainda determina a hierarquia social do superior/inferior. Assim, compreendendo o racismo como um processo de desumanização que articula diversos níveis discursivos/práticas, isto é, inclui os controles sobre os significados ontológicos e epistêmicos que davam (dão) contorno ao conceito de “civilização” em antagonismo ao ser/saber dos povos racializados no continente.” (Xavier, Cunha, 2020, p. 538)

Tal análise contribui para entender que os que são vistos como verdade, que tem relação direta com o poder, das pessoas brancas de elite no país se tornam decisões políticas que produzem as cidades e as relações socioespaciais. Percebemos que a espacialidade é construída a partir de vontades e relações racialmente guiadas, materializando uma espécie de racismo espacial.

A cidade é construída não somente de aço e concreto, mas de gente, de vida pulsante que disputa espaço nela. Se a cidade – por meio da acumulação e exploração do capital – é moldada a partir dos interesses das classes dominantes, é óbvio chegar à conclusão de que a cidade tem donos. Os donos da cidade são aqueles que detêm meios de produção, poderio social e político, e são capazes de ajustar as cidades às normas estabelecidas por esses setores. Isso significa dizer que a classe dominante estende a toda a sociedade as suas ideias, de forma universal, apresentando-as como as únicas válidas e se valendo do confronto social para sua manutenção. (De Carvalho, Júnior, 2016, p. 144)

Exemplo vivo disso é quando olhamos as ruas do Rio e vemos essa disputa política em torno do trânsito de grupos formados por pessoas negras, que resulta explicitamente no cerceamento da circulação da juventude negra. A articulação das políticas de mobilidade e segurança pública cumpre seu papel a partir da Operação Verão, que consiste em maior policiamento nas orlas das praias do Rio de Janeiro. Vale dizer que no ano de 2021 a operação começou ainda no inverno, no dia 28/08/2021, justificada “por cenas de tumulto e violência ocorridas no domingo 22/08 nas ruas de Copacabana”, segundo o G1²⁹. Trata-se de uma Política cada vez mais ostensiva, quando vemos que, no mesmo ano, é divulgado que “508 policiais militares farão o policiamento a pé na areia, patrulhando a área em 147 carros e 39 motocicletas. O efetivo se juntará aos policiais dos programas Segurança Presente e Bairro Seguro, já implantados na região” (Matéria G1 - 28/08/2021)³⁰.

Essa configuração “espaço-política” da cidade, que é racialmente ordenada, não é evidente para toda a sociedade, pois o racismo é perpetrado a partir da negação do mesmo, pois quando falamos que o racismo não existe, silenciemos, deixamos que essa realidade aconteça e não seja exposta. Esse silenciamento endossa um discurso de aumento de segurança para a população e que nada tem a ver com a questão racial, de que as políticas os espaços são racialmente neutros.

Com a normalização racial vemos na Operação Verão uma especificidade na escolha de ônibus que são revistados, nas pessoas que são abordadas e “esculachadas” e “ilegalidades” específicas a serem controladas. Os ônibus que são escolhidos para serem revistados são ônibus frequentemente usados por pessoas que são vistas como perigosas, como os da linha 474, por exemplo, uma linha que liga a

²⁹ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/23/volta-casa-confusao-copacabana.ghtml> (Acessado em 31/01/2022).

³⁰ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/28/operacao-verao-comeca-neste-sabado-em-toda-a-orla-do-rj.ghtml> (Matéria acessada no dia 31/01/2022).

favela do Jacarezinho à Ipanema. Essa realidade fala de assujeitamentos, produzidos por processos refinados de subjetivação, os quais

Não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias psíquicas, egóicas, microssociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extraindividual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim, sistemas que não são imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e de produção ideica, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc) (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p. 31).

Tais máquinas de expressão estão presentes em padrões comportamentais que se consolidam na forma de normas sociais e estratégias de governo que geram políticas urbanas que dificultam a vida da população negra. A perspectiva racista, criminalizadora e punitiva está presente, mesmo que em graus diferentes, nas diversas políticas, como as de segurança e educação, que expressam ideais do que é perigoso e do que não é.

Elas disseminam, produzem e reproduzem subjetividades que agem de maneira atomizada, criando um tipo ideal para que as pessoas se relacionem com a cidade e façam uso dela, visando ser “ordenadas”. Esta é uma das mecânicas por meio das quais modos de subjetivação são acionados e consolidados incessantemente, pois estamos a todo o momento sendo subjetivados (Guattari, 1996). Assim, “aquilo que chamamos subjetividade não é senão parte do tecido relacional, da trama social na qual todo indivíduo está sempre inserido” (Doménech, 2001).

Posso remeter aqui a um caso que aconteceu comigo. Estava com minha noiva, Larissa, na praia de Copacabana, e decidimos ir tomar um café em uma padaria próxima à orla. Quando chegamos, já fomos atendidos com pouca cordialidade e, diria, até com bastante rispidez. No espaço só trabalhavam pessoas brancas, e para além de nós dois, só havia mais uma pessoa negra. Mas ainda assim decidimos nos sentar e tomar um café, porque estávamos com fome. O atendimento seguiu sendo dificultoso, em um espaço pequeno, relativamente vazio com bastantes pessoas trabalhando, nós tivemos que ficar chamando para fazer nosso pedido. O pedido veio, mas era um pedido longo para uma mesa pequena. Estávamos um tanto

desconfortáveis, é importante ressaltar isso porque fomos nos alimentando e esvaziando alguns pratos para reduzir o volume na mesa. Contudo, diferente de outras mesas, as pessoas não vieram recolher. Novamente tivemos que chamar para solicitar que levassem algumas coisas da mesa que não tinham mais uso, para termos mais espaço, fato que em outras mesas não acontecia, pois as pessoas já iam prontamente limpar sem que ninguém solicitasse. Importante grifar, ainda, que eram mesas nas quais só se encontravam pessoas brancas.

Como se todo esse processo não fosse racista o suficiente, no final, quando pedimos a conta, a pessoa que veio nos entregar estava atendendo outra mesa, olhando para as pessoas, só esticou o braço para trás, não nos olhou e praticamente jogou a conta em nossa mesa. Quando ela veio cobrar, Larissa falou que era débito. A garçonete perguntou “é crédito?”, e ela tornou a dizer que era débito. Na minha vez de pagar, foi a mesma coisa, perguntando novamente “é crédito, né?”. Nesse momento eu falei que era débito, e disse que quando ela fosse atender as pessoas e trazer a conta, ela, ao menos, deveria olhar no rosto das pessoas e que não o fizesse da forma em que o havia feito. Ela riu sem graça, saiu e fomos embora.

À primeira vista pode parecer que uma simples demora no atendimento, a necessidade de solicitar uma limpeza na mesa ou de perguntar se pagaríamos no crédito sejam coisas que não precisam ser analisadas em uma pesquisa. Mas isso, para corpos negros, é tão recorrente que dita como estamos vivendo na cidade. As disputas raciais na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro acontecem de diferentes modos.

Denise Barata, a partir de uma revisão histórica, apresenta como o *Réveillon* de Copacabana é um espaço-momento de disputa racial da praia, quando apresenta a tensão vivida há alguns anos.

A hotelaria considerava que a presença dos devotos de Iemanjá (na sua grande maioria negros/as e pobres) nas praias no último dia do ano atrapalhava a frequência de turistas, que buscavam, segundo eles, uma festa mais requintada e “civilizada” (Barata, 2019, p. 68).

Esses processos de assujeitamento fazem com que as pessoas negras sejam vistas com desprezo em determinados lugares, como se estivessem fugindo à regra e não devessem estar em tal ambiente. Isso faz com que as relações espaciais na cidade sejam uma realidade de perseguição expurgatória da circulação negra, afinal, “no negro, a marca da diferença, ferro em brasa que o separa do branco, é vivida não

só a nível do seu comportamento externo: ela reedita essa desigualdade, introjetada no seu universo psíquico” (SANTOS, 1983, p. 27).

As relações espaciais são guiadas a partir de uma produção de espaço urbano que é desigual. Enfatizo na minha pesquisa os marcadores de classe e raça. Esta foi uma dentre diferentes situações pelas quais passam pessoas negras em espaços que não são entendidos como próprios para o nosso uso.

A produção dos espaços urbanos nesse contexto capitalista e neoliberal vai se configurando e gerando uma série de contradições que refletem cotidianamente na vida das pessoas. Ao passo que a segregação urbana é produzida, fazendo com que a população mais pobre tenha acesso a apenas determinadas regiões onde o preço do imóvel é mais barato diante da dinâmica impositiva do mercado imobiliário, a urbanização e o crescimento das cidades faz com que essa segregação, a partir da distância entre os espaços físicos, seja cada vez mais difícil. (Soares, et. al, 2020, p. 132)

Essa constatação se apresenta de diferentes formas em meu trabalho de campo da pesquisa de dissertação ao frequentar os espaços da Zona Sul do Rio de Janeiro para entender como se dão as relações raciais nessas localidades. Normalmente, vejo famílias brancas em todos os espaços, raramente vejo famílias negras. Pessoas negras, quando estão presentes nesses espaços, normalmente estão acompanhadas de pessoas brancas e, na maior parte dos casos, na condição de trabalhadoras. Como constata Nogueira, a lógica histórica da economia está pautada sob as questões raciais e recai sobre a ordenação segregacionista da espacialidade vigente.

As causas da segregação da população negra podem ser compreendidas como constitutivas de um contexto marcado pelo ideário do branqueamento, cuja face urbana foi a tentativa incessante de esconder a população negra, empurrando-a para regiões mais afastadas e precárias, cerceando, assim, suas possibilidades de mobilidade social ascendente. (Panta, 2020, p. 90)

Esse debate de economia, espaços e raça também me remete ao debate de Hasenbalg, quando o autor argumenta que o racismo opera apenas em cima do mercado, sendo evidente que o racismo é um braço do capitalismo, inclusive de lucro, mas não apenas deles. Como há o marcador racial, mesmo entre os trabalhadores é possível tecer uma análise acerca da divisão salarial a partir da raça, mostrando que usualmente profissionais brancos recebiam mais e profissionais negros recebiam menos. Evidencia-se que o racismo está na prática cotidiana, de diferentes maneiras.

Com relação ao racismo, além dos efeitos das práticas discriminatórias, uma organização social racista também limita a motivação e o nível de aspirações do negro. Quando são considerados os mecanismos sociais que obstruem a mobilidade social ascendente do negro, as práticas discriminatórias dos brancos devem ser acrescentados os efeitos derivados da internalização pela

maioria da população negra de uma auto imagem desfavorável. Esta visão negativa do negro começa ser transmitida nos textos escolares e está presente numa estética racista veiculada permanentemente pelos meios de comunicação de massa, além de estar incorporada no conjunto de estereótipos e representações populares. Desta forma, as práticas discriminatórias, a tendência de evitar situações discriminatórias e violência simbólica exercida contra o negro reforçam simultaneamente de maneira regular as aspirações do negro de acordo com o que o grupo racial dominante impõe e definem como os “lugares apropriados” para as pessoas de cor. (Hasenbalg, González, 1982, p. 91)

Olhando para a cidade e espaços de lazer, o efeito da raça nas relações espaciais no Rio de Janeiro remonta à Neusa Santos, quando a autora traz um debate sobre o mito, dizendo que é uma fala, um discurso, visual ou verbal, que tem como fim produzir o ilusório e negar a história. Citando Lévi-Strauss, Neusa dos Santos traz a ideia de que “enquanto produto econômico-político-ideológico, o mito é um conjunto de representações que expressa e oculta uma ordem de produção de bens de dominação e doutrinação” (Santos, 1983, p. 25). Dessa perspectiva, Santos defende que há um mito relacionado à população negra brasileira, o Mito Negro.

O mito negro configura-se numa das variáveis, que produz a singularidade do problema negro. Esta singularidade é tridimensionalmente organizada: 1º - Pelos elementos que entram em jogo na composição deste mito; 2º - Pelo poder que tem este mito de estruturar um espaço, feito de expectativas e exigências, ocupado e vivido pelo negro enquanto objeto da história; 3º - Por um certo desafio colocado a esse contingente específicos de sujeitos - Os negros. (Santos, 1983, p. 26)

Destas três dimensões evidencia-se em minha pesquisa a segunda: “2º - Pelo poder que tem este mito de estruturar um espaço, feito de expectativas e exigências, ocupado e vivido pelo negro enquanto objeto da história”. Se atentar ao espaço físico nas cidades é perceber as relações e sentir que as pessoas negras estão sob efeito deste mito negro, principalmente quando percebemos que a estrutura espacial visa a doutrinação desses corpos quando circulam pela cidade, tentando organizar a presença negra na cidade, seja por via da própria autorregulação da sociedade, que age de maneira atomizada, mas também pelo Estado com políticas que são pautadas desde o Brasil colônia, por pessoas que sempre tiveram mais vantagens nas relações de poder.

O Estado tem tradicionalmente apoiado os interesses e privilégios das classes e grupos sociais dominantes. via a adoção de políticas, controles e mecanismos reguladores altamente discriminatórios e elitistas. No caso do Brasil atual (pós - 1964), esse comportamento, associado à uma prática política concentradora e antidistributiva, tem se refletido na acentuação das disparidades intrametropolitanas, isto é, na crescente elitização dos espaços

urbanos centrais e na conseqüente periferização das classes de baixa renda” (Abreu, 2013, p. 15)

Dadas as relações raciais da sociedade, cabe às pessoas negras sempre estarem alertas, sempre “se posicionarem”, entenderem que não é só mais um andando nas ruas, mas sim é uma pessoa negra circulando na cidade, o que significa que estamos expostos a qualquer forma de violência. “Há que estar sempre em guarda. Defendido. ‘Se impor’ é colocar-se de modo a evitar ser atacado, violentado, discriminado. É fazer-se perceber como detentor de valores de pessoas, digno de respeito.” (SANTOS, 1987, p. 27)

3.3. Produção de Subjetividade e Ordenamento Racial na Cidade

A lógica espacial presente nas cidades hoje foi moldada a partir de uma intenção específica, partindo de vontades dos históricos tomadores de decisões do país, mas ela não se mantém sozinha, as pessoas acabam por fazer rearranjos dessas vontades secularmente constituídas. Esta realidade explicita a importância de gerenciar e ordenar corpos historicamente. Essa escolha não é necessariamente guiada por uma lei normativa, mas está longe de ser neutra ou aleatória, pois existem os processos de subjetivação.

O governo dos outros emerge como gerência da população e não do território, no século XIX, ligado à defesa da sociedade e de uma política de expansão da vida. A conduta da população se torna alvo de múltiplos governos, com o objetivo de produzir segurança. Com essa preocupação de controlar condutas, utiliza-se a estratégia da gestão da cultura, que implica organizar e modular os modos de vida, os processos de valoração de determinadas ações e as formas de pensar e sentir dos diferentes segmentos da população, no âmbito das probabilidades no campo do aleatório, com base em estimativas estatísticas (Lemos, 2010, p. 247)

Nesse sentido, o governo da população regula a vida, de maneira que os projetos de gerenciamento dos territórios e da cidade exigem a autorregulação das pessoas, defendendo regras do que é aceito e do que não é aceito, do que é normal ou anormal.

O interesse se resume em promover as práticas de governo a partir da atuação direta dos próprios governados, para assim descentralizar certas funções de gestão e administração, mantendo inalterado o exercício de governo direcionado a uma centralidade móvel capaz de capturar qualquer ação que orbita em seu entorno (Augusto, 2010, p. 269)

Esta autofiscalização dos governados pode começar a explicar o chamado da página do facebook “Alerta Leblon”, quando analisamos as fotos e vemos que nenhum morador tirou foto de pessoas negras uniformizadas que estavam trabalhando, pois elas são identificáveis e ocupam o espaço que é aceito por um modo de subjetivação racista, reforçando o lugar de subalternização da população negra. Assim, em consonância com Oliveira, “entendemos que normatizações raciais são utilizadas de forma tácita na definição de quem pode frequentar determinados espaços” (OLIVEIRA, 2021, p. 80). Como é produzido um assujeitamento à lógica de que o corpo negro confere risco iminente, justifica-se a forma com que as pessoas negras são tratadas em busca de uma suposta tranquilidade dos que são considerados *peças de bem*, escondendo o que realmente acontece com essas pessoas – sendo sabido que o que intercorre em suas vidas é a violência racial, que passa pela agressão verbal e física, podendo chegar mesmo à execução desses corpos negros.

Ao circular pela cidade, vemos diversos casos que explicitam essa condição de violência racial urbana da juventude. Houve um caso em que eu estava no metrô saindo da estação General Osório, por volta das 19h, pós praia, numa quarta-feira. Vejo entrar no vagão um grupo de três jovens, dois jovens negros e um branco. Entraram com uma caixa de som e colocaram funk para tocar, ficaram dançando, cantando e circulando pelo vagão. Quando na estação de Siqueira Campos entram dois policiais fardados, um de mochila como se estivesse saindo do expediente. Quando estávamos chegando à estação Cardeal Arcoverde, o policial de mochila, ordenou com um grito imponente e grave “podem desligar o som!”. Um dos jovens se fez de desentendido³¹, e o policial tornou a repetir, de maneira mais grave e incisiva, a ordem. Em seguida, os jovens desligaram o som, mas de maneira incomodada.

Na estação da Glória, Patrick, que estava com a caixa de som, ligou novamente a música, colocando uma do MC Poze³², chamada “A cara do Crime”, que no refrão diz:

Tá na paz de Deus
Que permaneça essa tranquilidade na comunidade, uh
Peço a lili' dos amigo que estão privado, lili'
Saudade bate no meu peito dos cria que não estão mais aqui, aqui

³¹ Chamarei esse jovem de “Patrick” (Sem nenhum compromisso com a realidade)

³² Cantor de funk/trap da Zona Oeste do Rio de Janeiro, que já entrou em algumas polêmicas porque suas músicas são consideradas, para alguns grupos, apologia à venda no varejo de drogas ilícitas.

Novamente, o policial se dirigiu para falar com Patrick, dessa vez chegando mais perto e falando no ouvido alguma coisa que não dava para escutar. Imediatamente, Patrick argumentou que tinha abaixado o volume, mas o PM estava sendo bem autoritário e incisivo, performando uma grosseria e querendo impor poder. Em contrapartida, Patrick começou a questionar a ordem, falando que baixou, mas que não ia tirar a música. Outro PM pareceu querer “apaziguar” a situação e foi falar com Patrick novamente, mas ele mantinha a mesma posição. Chegando à estação da Carioca, um homem branco de mais idade levantou e começou a gritar com Patrick: “você é abusado, desde a hora que você entrou, você não respeita ninguém, você tem que respeitar, você é abusado” e saiu do metrô. Os policiais continuaram a se mostrar incomodados e um outro passageiro, aparentemente jovem, começou a falar com os policiais defendendo Patrick, dizendo que ele abaixou o volume do som e o policial não tinha mais o que exigir, haja vista que sua ordem havia sido acatada. Patrick estava sentado, um homem branco de aparentemente 30 anos estava do lado dele e começou a conversar, pedindo para ele se acalmar, apoiando-o, mas recomendando que ele não entrasse em conflito com o PM. Nesse tempo, chegamos na Central e todos desceram.

Destaco aqui a força do ato de Patrick, ao insistir em ligar a caixa de som e colocar uma música que tem como refrão uma crítica social ao encarceramento em massa e ao extermínio da juventude negra, que são perpetrados pela PM. Em minha análise, este pode ser visto como um ato de rebeldia, resistência e posicionamento político frente à ação da PM. Nossos corpos são controlados historicamente em todos os espaços, e esse caso é um exemplo de disputa da e pela cidade por pessoas negras circulando entre o Centro e a Zona Sul.

Em contrapartida, cada um de nós, em cada uma das nossas práticas cotidianas, pode fazer expandir múltiplas resistências, enfim, criação de ilimitadas linhas de fuga aos regimes de dominação que se configuram em nossos dinamismos espaço-temporais. (Machado, Lavrador, 2010, p. 129)

A cidade é construída de maneira que cerceia a vida de jovens negros e pobres ao nos verem como pessoas a serem esquadrihadas a todo momento. E quando Patrick decide ligar o som novamente com a música de Poze tocando, acredito ser uma das formas encontradas por ele de produzir resistência naquele espaço, fazendo uma disputa espacial. Como aponta Kilomba, a racialidade traz efeitos para os corpos negros, e isso muda a forma pela qual nos inserimos na cidade:

No racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão 'fora do lugar' e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão no lugar, em casa, corpos que sempre pertencem. Eles pertencem a todos os lugares: na Europa, na África, no norte, no sul, leste, oeste, no centro, bem como na periferia. (Kilomba, 2019, p. 56)

São as relações racistas que configuram a forma de circular na cidade, a partir da disciplinarização das pessoas, que solidifica o olhar para jovens negros como perigosos, que precisam ser temidos, neutralizados e afastados de certas partes da cidade, contando com o suporte de políticas públicas de vigilância e fiscalização.

Pode-se mesmo dizer que, na maioria dos casos, os mecanismos disciplinares de poder e os mecanismos regulamentadores de poder, os mecanismos disciplinares do corpo e os mecanismos regulamentadores da população, são articulados um com outro. Um ou dois exemplos: examinem, se quiserem, problema da cidade, ou, mais precisamente, essa disposição espacial pensada, concebida, que é a cidade-modelo, a cidade artificial, a cidade de realidade utópica, tal como não só a sonharam, mas a constituíram efetivamente no século XIX. Examinem algo como a cidade operária. A cidade operária, tal como existe no século XIX, que é? Vê-se muito bem como ela articula, de certo modo perpendicularmente, mecanismos disciplinares de controle sobre corpo, sobre os corpos, por sua quadrícula, pelo recorte mesmo da cidade, pela localização das famílias (cada uma em uma casa) e dos indivíduos (cada um num cômodo). Recorte, por indivíduos em visibilidade, normalização dos comportamentos, espécie de controle policial espontâneo que se exerce assim pela própria disposição espacial da cidade: toda uma série de mecanismos disciplinares que é fácil encontrar na cidade operária (Foucault, 1976, p. 299)

O que constitui esse padrão político no Brasil é guiado pela raça, todos os mecanismos disciplinares que Foucault aponta que se encontram na cidade operária, no nosso contexto conseguimos ver em localidades faveladas e periféricas. A aposta nesta dissertação é que isto é um projeto da branquitude, sendo definida por Lia Schucman como

Uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. Portanto, para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram. (SCHUCMAN, 2012, p. 23)

Os sujeitos que ocupam posição na Branquitude, muitas vezes estão em espaços políticos que produzem políticas públicas e têm a possibilidade de ditar ordenamentos que possibilitam que o que fuja dessa "normalidade disciplinada" possa ser cerceado e criminalizado. O que explicita uma lógica de cidade partida, fazendo com que a mesma seja letal para pessoas negras. Ressalto aqui que a civilidade é

constituída de um lugar e por padrões e desejos de pessoas que estão no poder, governando e gerindo as cidades. Gera-se uma necessidade de estar dentro dessa civilidade para fazer um “bom uso” da cidade.

A geografia pública de uma cidade é a institucionalização da civilidade. Não creio que agora as pessoas precisem esperar por uma transformação maciça das condições sociais, ou então por uma volta mágica ao passado, para se comportarem de modo civilizado. Num mundo sem rituais religiosos nem crenças transcendentais, as máscaras não são pré-fabricadas. As máscaras precisam ser criadas por ensaio e erro, por aqueles que as usarão, por intermédio de um desejo de viver com os outros, mais do que pela compulsão de estar perto dos outros. Quanto mais esse comportamento tomar corpo, mais vivos se tornarão a mentalidade de cidade e o amor pela cidade. (Sennet, 2015, p. 377)

Essa relação de poder entre a população branca e negra gera barreiras para o uso da cidade por parte de pessoas negras e verdadeiras catracas sociais. Tais catracas sociais, entendidas como políticas urbanas, como de segurança pública, de transporte, que, de diferentes maneiras, dificultam as nossas vidas e fazem com que a vivência na cidade seja diferente de acordo com a cor, local de moradia, etc.

Frantz Fanon (2008) diz que o negro é hipervisível no mundo branco (universidade, shopping, judiciário), ainda mais se ele está ali disputando a tal igualdade prometida e não em posições que ele deve ocupar no mundo branco. A periculosidade, então, vai estar associada a esse negro/negra “que não sabe seu lugar”, como nos provoca Lélia Gonzalez (1988). Esses são conformados no lugar do criminoso, pois é aquele que rompe a ordem do sistema racista, por isso é tão importante a diferenciação, do trabalhador (que estaria em seu lugar - submisso) e do bandido (o corpo insubmisso – que não sabe seu lugar). Mas quem determina essa qualificação não é o sujeito, mas a ordem racial que controla os corpos e o espaço” (Xavier; Madruga, 2020, p. 15)

Uma situação emblemática foi a de um carro com cinco jovens negros alvejado com 111 tiros pela polícia militar em Costa Barros, Zona Norte da cidade do Rio. Esse caso explicita articulação das políticas públicas (nesse caso a de segurança pública) no planejamento socioespacial, evidenciando que é um projeto de Estado racialmente pensado e aplicado para reforçar desigualdades no Rio de Janeiro. Isso seria impensável de acontecer em bairros aos quais a população negra não tem acesso à moradia, cujo acesso é restrito para trabalhar, e que em geral são os cartões postais da cidade. O racismo está na construção das ruas da cidade, palco do genocídio da população negra, que tem como principal assassino o braço armado do Estado, também formado por negros, que também morrem no confronto.

No Brasil, a cada 23 minutos morre um jovem negro, segundo o Mapa da Violência de 2016 do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Isso é um

projeto político que atende as demandas da branquitude e faz parte da coluna da construção cidadina.

De outro lado, racismo tem sua segunda função: terá como papel permitir uma relação positiva, se vocês quiserem, do tipo; "quantas mais você matar, mais você fará morrer", ou "quanto mais deixar morrer, mais, por isso mesmo, você viverá". Eu diria que essa relação ("se você quer viver, é preciso que você faça morrer, é preciso que você possa matar") afinal não foi racismo, nem o Estado moderno que inventou. É a relação guerreira: "para viver, preciso que você massacre seus inimigos". Mas o racismo faz justamente funcionar, faz atuar essa relação de tipo guerreiro é preciso "se você quer viver, que outro morra" - de uma maneira que é inteiramente nova e que, precisamente, é compatível com o exercício do biopoder (Foucault, 1976, p. 305).

Em minha análise também é importante observarmos como o uso dessa cidade acontece, pois o controle e as barreiras raciais não são postos apenas de maneira física, rígida, são também flexíveis e vão se apresentando de diferentes formas, inclusive na nossa psique. Como destaca Miguel Doménech, ela não é individual, ela é produzida nas relações e nas ruas. "O psicológico abandona espaço privado intransferível das psiques individuais para alojar-se nas encruzilhadas e nas ruas que marcam estar-no-mundo com outros seres humanos" (Kvale, 1992).

Em minha pesquisa de monografia, busquei entender as relações socioespaciais a partir de um olhar racializado durante o carnaval, percebendo que, na relação da cidade durante o carnaval, a apropriação das ruas acaba se tornando mais coletiva do que individual. Assim, é comum ver grupos andando juntos, se encontrando, festejando, enquanto na vida cotidiana nós costumamos circular pela cidade para trabalhar ou estudar, muitas vezes acontecendo de maneira individual. Isso para muitos pode ser o jeito errado de usar a cidade, pois, como vimos no caso de Patrick, isso seria contra a ordem.

Essas práticas são racialmente guiadas. Dificilmente veríamos um policial militar abordando truculentamente um jovem branco parado na mureta da Urca fumando um baseado, visto que o consumo de maconha é criminalizado segundo a legislação brasileira. Há uma construção social histórica de acordo com a qual os operadores da segurança pública dificilmente agem de maneira violenta em espaços mais elitizados da cidade e nem vitimizam corpos brancos com a mesma passibilidade que a PMERJ (Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro) atua nas periferias e favelas, pois esses territórios são produzidos como os inimigos a serem confrontados. Com isso, como vemos em Scheinvar (2014), as leis definem o que ameaça e o que precisa ser controlado antes de gerar alguma proteção.

As leis, antes de nos protegerem, definem o que nos ameaça. A produção da ameaça ou a definição de um acontecimento como delito também produz o responsável pela ameaça ou o delinqüente, na condição de inimigos sociais, convocando a proteção. Amparada na proteção contra eles – os inimigos sociais ou delinquentes – as estratégias de segurança vão sendo criadas. A corporificação da situação de insegurança, a individualização das relações, faz acontecer a produção de uma verdade e, como tal, dispensa a análise de contextos, lógicas, interesses ou de qualquer atravessamento a ela implicada. (Scheinvar, 2014, p. 485)

No nosso projeto de Nação, as lógicas de segurança vêm sendo criadas com base na criminalização de pessoas negras e das periferias. Essa é a forma de o Estado governar; ele não está “errando”, como alguns setores da sociedade defendem. Ele está “acertando” ao que se propõe a fazer: instaurar o controle da vida das pessoas pobres e negras moradores de periferias e favelas através da violência estatal.

Nesse sentido, em minha concepção, as afirmativas neutralizantes, que defendem uma cidade igualitária³³ são a expressão do racismo que não se preocupam em reconhecê-lo, “beneficiando a perpetuação da linha racial” (XAVIER, MELGAÇO, 2019) na construção do Estado. Algumas pessoas veem a ação da polícia militar como errada, mas há os que veem as violências policiais como corretas para a garantia da “ordem” e da “civilidade”, que por sua vez interfere diretamente no trânsito de jovens oriundos de periferias e favelas, gerando uma circulação restrita. Como aponta Augusto (2010, p.), “entretanto, quando se lida com a situação de jovens considerados infratores no Brasil, não é difícil observar uma série de práticas de controle que funcionam como estratégias de circunscrição desses jovens nas periferias”. Esta realidade é guiada a partir da ordem de um Estado que é soberano e dita o que é certo e errado, o que pode e o que não pode.

Soberania é, portanto, definida como um duplo processo de “auto-instituição” e “autolimitação” (fixando em si os próprios limites para si mesmo). O exercício da soberania, por sua vez, consiste na capacidade da sociedade para a autocriação pelo recurso às instituições inspirado por significações específicas sociais e imaginárias (Mbembe, 2016, p. 124)

Nesse arranjo social, produto desses soberanos, os jovens vivenciam diversas questões por conta das práticas de controle que não lhes fazem sentir confortáveis em partes da cidade que não são construídas para o uso de lazer deles. Importante ressaltar que as práticas de controle não são de maneira pré fabricada, mas assim

³³ “Não existe racismo, somos todos iguais, o policial só está fazendo o trabalho dele em abordar as pessoas, não tem a ver com raça”

como as máscaras que Sennett nos traz, as práticas de controle são forjadas na vida cotidiana a partir de ensaio e erro, criando assim a mentalidade da cidade que não precisa necessariamente se impor pela força bruta, mas que ainda assim sempre mostram relações de poder.

O que também é expresso pelos mesmos quando dizem que não gostam de ir a “bairros diferentes”, pois, lá, ficam “envergonhados”. Obviamente, nesse caso, a circulação não é restringida pelo uso da força física[...], mas por mecanismos mais sutis que impõem aos jovens um constrangimento apenas por estarem em lugar diferente do seu e entre pessoas diferentes. (CASSAB, 2009, p. 3)

Dada a realidade da juventude negra no Brasil, ousou afirmar que os jovens considerados infratores no país têm cor e CEP³⁴, são os negros oriundos de periferias e favelas. Que só por serem e existirem, acabam transgredindo o que é considerado como civilizado.

Nesse contexto, ainda mais numa sociedade profundamente desigual como a nossa, conter as classes subalternizadas se torna agenda prioritária dos governos, seja através da institucionalização do extermínio, seja por meio da criminalização cotidiana dos pobres e suas expressões culturais. (Lopes, Facina, 2010, p. 196)

Em um debate filosófico, recorro à Lélia Gonzalez quando a autora diz que a população negra é colocada no lugar infantilizado na sociedade, “exatamente porque temos sido falados, infantilizados (*infans*, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque fala da pelos adultos)” (GONZALEZ, 1984 p. 225). Conectando essa ideia à de Cassab, quando a autora diz que os jovens só podem circular na cidade dentro do limite imposto pelos adultos de forma disciplinarizada, eu arrisco dizer que isso acontece com toda a população negra que é colocada na condição de aceitar os limites impostos pelos brancos que, na condição de “adultos”, ditam e ordenam as possibilidades de movimento e circulação de pessoas negras.

É urgente colocarmos em análise o uso de uma cidade coletiva, que vai na contramão da lógica individual da sociedade ocidental colonial-capitalista, pois é esse o lugar definido para as pessoas negras, o lugar de ser apenas a única pessoa nos espaços de ascensão, para reafirmar que existe um caminho de possibilidade de mobilidade social para os negros no país, mas esta realidade não gera mudança coletiva e efetiva para o povo negro. Como nos lembra Sueli Carneiro, “a ascensão

³⁴ O sistema de endereçamento postal ou Código de Endereçamento Postal (CEP) no Brasil foi criado com objetivo de organizar, agilizar e facilitar a postagem, localização e distribuição das correspondências.

social individual, não significa mudança social coletiva”. Então é importante nos atentarmos a essa realidade e armadilhas do capital, até porque, como nos lembra Oracy Nogueira, há diferenças também na ascensão social entre pessoas brancas e negras no Brasil.

Conhecem-se casos de ascensão social de famílias brancas homogêneas [...], porém, não se conhecem casos de ascensão social de famílias de cor, pois que os indivíduos de cor, em condições de subir socialmente, em geral, se unem com pessoas brancas, seja como um meio a favorecer a própria ascensão, seja como um modo de consolidar o status já atingido ou seja ainda porque a identificação com as classes média e dominante implica a interiorização dos ideais sexuais e estéticos destas (Nogueira, 1998, p.182)

Penso que esta normalização de não se ver pessoas negras em espaços de lazer em determinadas áreas da cidade, é o racismo operando como uma tecnologia de poder que se decompõe num processo flexível dificultando chamarmos atenção para essa problemática. Quando se chega em ambientes nos quais a maior parte do público é branco, há um olhar que questiona, oprime e ridiculariza a presença dos negros caso não estejam em uma posição de subserviência. Isso não é flagrável, e pode ser apontado como paranoia.

Como não há como provar a existência dessa violência, a pessoa que produz o constrangimento (em geral alguém com mais credibilidade), pode negar que assim tenha agido, pois o dano foi particular e subjetivo. Mas todas as pessoas negras sabem o que isso significa e como isso gera uma espécie de cerca simbólica em todos os lugares mais elitizados, que dificulta a entrada e a permanência de pessoas negras a partir da normalização do uso racial do espaço. Chamo atenção em minha pesquisa para a investigação dessa sociabilidade, para entender como se dão as relações raciais nos espaços da cidade em que não são tão estudadas e compreender como é a vivência das pessoas negras que circulam em bairros do Centro x Zona Sul do Rio de Janeiro, dado que

Já os negros que possuem maior poder aquisitivo e residem em áreas valorizadas, onde sua presença é diminuta, ainda que possam dispor de melhores condições de vida devido às facilidades que a localização no território lhes proporciona, tendem a ser discriminados por ocuparem um lugar que, na concepção de muitos, não lhes foi destinado. (Panta, M. 2020, p. 96)

Essa cidade, que é um misto de espaços físicos e relações simbólicas, é constituída historicamente de maneira racialmente diferenciada, operando de uma maneira com pessoas brancas e de outra com pessoas não brancas.

Viso chamar a atenção para as ciências sociais, pois cabe a nós problematizarmos essa realidade a fim de construir novas possibilidades de uso da cidade por corpos negros, contribuindo também para a construção de políticas protetivas para a população negra. Políticas estas que visem também mitigar o racismo que opera de formas cada vez mais explícitas, fazendo com que os negros pensem que determinados espaços não são próprios para eles, pois cotidianamente são perseguidos em shoppings, acusados de roubos e vítimas de truculência policial, como vemos em diversas ocorrências na cidade do Rio de Janeiro, não sendo esta uma técnica nova de controle.

Nos séculos XVII e XVIII, viram-se aparecer técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual. Eram todos aqueles procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) organização, em tomo desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade (Foucault, 1976, p. 288)

São essas relações que constroem a vida urbana e precisam ser disputadas. Contudo, quando não há disputa, parece que não há problema a ser solucionado. Quando em um restaurante de um bairro nobre só há pessoas brancas sendo atendidas e negras trabalhando, isso não é visto como problema, pois não há pessoas pretas se apropriando desse ambiente e apontando a necessidade de repensar os espaços com um olhar racializado. “Apropriar-se remete à identificação com o espaço e, conseqüentemente, a possibilidade de sua transformação” (CASSAB, 2009, p. 4).

É de suma importância refletirmos sobre a disciplina espacial e do porquê da do intervalo entre os trens que conectam as periferias e o Centro x Zona Sul do Rio ser de 40 minutos para dificultar a circulação aos finais de semana. Nos dias de semana, é importante dizer, a circulação também é dificultada, mas com um intervalo menor, de cerca de 15 a 20 minutos. Isso implicitamente normaliza o uso dos trens no período comercial, que tem o itinerário mais “rápido” e menos dificultado para transitar na cidade. Essa diferença se dá principalmente pelo sistema ferroviário ser mais usado nos dias de semana. Nestes, as pessoas que moram nas periferias normalmente levam de 3 a 4 horas dentro do transporte público, se somando a mais 8 horas no trabalho, totalizando 12 horas do dia, sendo dificultado o acesso a determinadas partes da cidade, se não for ocupada por relações de trabalho.

Há uma configuração hierarquizante e racista no uso da cidade que molda a sociabilidade urbana. Nesta direção,

As disciplinas, organizando as “celas”, os “lugares” e as “fileiras” criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. São espaços mistos: reais pois que regem a disposição de edifícios, de salas, de móveis, mas ideais, pois projetam-se sobre essas caracterizações, estimativas, hierarquias. (Foucault, 1999, p. 174)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo não como uma falha, mas como uma estratégia

É muito comum que o discurso que analisa as atitudes racistas que acontecem nas situações cotidianas justifique que o ato aconteceu por engano, por não saber que seria racismo, como se fosse um erro que se vincula à falta de informação e que seja atribuído a pessoas “ignorantes”.

Em minha leitura, esta é uma forma estratégica de perpetuação do racismo, pois quando falamos e apontamos determinadas atitudes como expressão de racismo, a pessoa, o grupo ou a instituição que cometeu o ato são, muitas vezes, desresponsabilizados sobre uma ótica de desconhecimento, dizendo não saber o que está fazendo.

Na história ocidental, o lugar do “não saber” e da desvalorização é destinado às crianças. Maria Alice Goulart, ao analisar catálogos de propaganda de livros infantis, conceitua como “Criança Escolar Moderna” a “uma criança dependente dos adultos, necessitada de proteção, imatura, em constante devir, que se desenvolve em etapas e que necessita de disciplina” (GOULART, 2000). Embora discorde da ideia de que crianças estão em constante devir, visto que acredito que na infância há muita possibilidade de produção, de criatividade, de leitura de mundo, etc. – como vemos diferentes atores e atrizes pensando sobre a participação política dessas pessoas – ela se relaciona com em questão aqui posta, pois, como aponta Lélia, esse é um lugar em que a população negra é colocada no Brasil. Contudo, essa relação é complexa, já que ora a população negra é infantilizada no quesito autoridade e decisões, como eu falei acima, ora é adultizada³⁵, o que faz com que seja responsabilizada e cobrada de forma a gerar culpa e cobrança.

Entretanto, esta realidade é invertida quando falamos de pessoas brancas. Elas são cotidianamente vistas como adultas no lugar de autoridade e relevância nas decisões, mas quando cometem alguma ação que é vista como “desviante”³⁶ das normas sociais, são desresponsabilizadas pelos próprios atos. Isso explicita a

³⁵ Importante ressaltar que estou partindo da noção de infância e adulto de como é visto pela maior parte da sociedade, mas são noções que facilmente criam debates e divergências. Mas não me estenderei aqui nessa análise.

³⁶ Coloco entre aspas, pois no sistema dado, ações racistas não são desviantes, são normas. Mas existe uma concepção que é preciso negar a existência do racismo publicamente.

subdivisão da população em grupos, que geram tratos diferentes marcados pelo que Mbembe chama de racismo.

Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo” (Mbembe, 2018, p. 128)

Essas relações racializadas são mobilizadas de diferentes formas a depender da situação e das pessoas como uma forma de manutenção do racismo. Esta é uma forma de analisar o racismo como uma questão pessoal e não sistêmica. É problematizada a ação dessa pessoa em particular e não as relações que produzem a crença e que levam a pessoa a ser racista, dando foco a um dos mecanismos de perpetuação do racismo, a intimização das ações racistas. Afinal, quando se pessoaliza o problema, faz parecer que é uma exceção e não um *modus operandi* historicamente construído.

Essa percepção parcial do racismo faz com que, nos círculos mais progressistas, ele seja comparado a uma doença que precisa ser expurgada. E numa perspectiva antirracista, seria muito mais fácil se essa metáfora condissesse com a realidade: bastaria buscar uma cura para o racismo e pronto. Mas não há pílula mágica, porque não estamos tratando de uma doença. (Lopes, 2022, p. 15)

Em uma análise que individualiza as práticas coletivas, é importante que o racismo seja visto como uma falha, um desvio, pois, sob essas lentes, torna-se apenas ação isolada e não um modo constitutivo de dominação do sistema ocidental. O racismo, como pontua a professora Ynaê Lopes, parafraseando Sueli Carneiro³⁷, “é coisa de profissional”, não é um erro, a racialidade é pensada estrategicamente. Inclusive isso faz com que ela não seja estática, pois é reflexiva e se reformula com o passar do tempo, faz sua manutenção e permanência na sociedade. Ela é um braço de um processo de normalização disciplinar que tem como projeto naturalizar o racismo através de mecanismos que produzem violência que não são facilmente visualizadas.

Isso é um modo de ver tais atos como coisas pontuais, que fazem parte da realidade, lido como um desafio como qualquer outro, que precisa ser superado individualmente pela pessoa que sofre. Como se esses desafios não fossem

³⁷ Ouvi a professora Ynaê Lopes dizendo isso no lançamento do curta metragem: “Nenhum saber para trás: Os perigos das epistemologias únicas” do Observatório da Branquitude, no Palácio do Catete, no dia 23/03/2023.

acentuados de maneira cristalizada na trajetória das pessoas negras por conta de uma sociedade racista, através de um discurso legalista de igualdade.

Tais condições remetem-nos ao mito da democracia racial enquanto modo de representação/discurso que encobre a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil. Na medida em que somos todos iguais “perante a lei” e que o negro é “um cidadão igual aos outros”, graças à “lei áurea”, nosso país é o grande complexo da harmonia inter-racial a ser seguido por aqueles em que a discriminação racial é declarada. Com isso, o grupo racial dominante justifica sua indiferença e sua ignorância em relação ao grupo negro. Se o negro não ascendeu socialmente e se não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio. (González, 1979, p. 234)

Isto ocorre, por exemplo, quando uma pessoa negra entra em um espaço que historicamente não é pensado para ela, recebe olhares de reprovação ou espanto. Não acontece necessariamente uma truculência explícita, mas são caminhos tão violentos quanto. O diferencial, contudo, é que esses são processos mais flexíveis que se camuflam no cotidiano da normalização. O racismo acontece não apenas pelos seguranças do restaurante que recebem ordens, mas por demanda das pessoas que ali frequentam e não se sentem confortáveis com nossa presença.

A desmultiplicação dos mecanismos disciplinares. Enquanto que os estabelecimentos disciplinares se multiplicam, os respectivos mecanismos têm certa tendência para se desinstitucionalizar, para saírem das fortalezas fechadas onde funcionavam e para circular em estado ‘livre’; as disciplinas maciças e compactas decompõem-se em processos flexíveis de controle que se podem transferir e adaptar (Ewald, 2000, p. 82)

Frente a estes modos de violência que demarcam as relações raciais em espaço de lazer, entendo que a tecnologia do racismo opera através de mecanismos disciplinares para as pessoas negras, no sentido de mostrar qual é o nosso lugar, até onde podemos cobrar, etc. Quando se vai a um lugar em que o desconforto é a regra, dificilmente cria-se a vontade de voltar àquele lugar, o que marca diretamente o trânsito das pessoas negras. Estas cenas microfísicas fazem a cidade, as políticas públicas, as políticas de Estado, afetando direta e sistematicamente a população negra, que está no lado da balança em que o privilégio racial pende.

O privilégio racial é um dos pontos-chave dessa posição, uma vez que ele evidencia como, em todos os níveis, o grupo branco foi o beneficiário da exploração dos grupos raciais. Os aspectos culturais e políticos das relações raciais demonstram como o branco afirmou sua supremacia às expensas e em presença do negro. Ou seja, “além da exploração econômica, o grupo branco dominante extrai uma mais valia psicológica, cultural e ideológica do colonizador” (Hasenbalg, 1977, p. 50). Que se pense, no caso brasileiro, nos efeitos da ideologia do branqueamento articulada com o mito da democracia racial. (González, 1979, p. 231)

Racismo Espacial: políticas públicas e o uso da cidade por pessoas negras.

Quando vamos analisar as relações espaciais e cidade, é sempre importante recorrer a Harvey em “Cidades Rebeldes”, quando o autor aponta para um caminho de análise sobre a criação das cidades, destacando que,

Desde que passaram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção. A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos (como uma oligarquia religiosa ou um poeta guerreiro com ambições imperiais) (Harvey, 2014, p. 30)

Mas um fator importante na construção das cidades no Brasil que precisamos ressaltar é a interseccionalidade entre classe e raça, pois a maior parte dos ricos que ocupam espaços de poder é de brancos, desde o Brasil colônia, pois a riqueza tem cor e localidade: é branca e não está nas periferias urbanas. No Rio de Janeiro, a cor de pele dita como você circula a cidade, pois temos uma cidade dividida a partir da raça. E estas necessariamente são divisões materiais, podendo ser divisões simbólicas, percebidas a partir da parte da cidade em que moramos. Harvey diferencia o “lado da pista” em que você se encontra, dizendo que tais lados expõem uma cidade fragmentada e conflituosa.

Vivemos cada vez mais em cidades divididas, fragmentadas e propensas a conflitos. O modo como vemos o mundo e definimos possibilidades depende do lado da pista em que nos encontramos e a que tipo de consumismo temos acesso (Harvey, 2014, p. 47).

Essa espacialização para mim fala de formas físicas das cidades, como por exemplo transporte, espaços de lazer e infraestrutura. Mas não os espaços físicos sozinhos, e sim com o sentido simbólico e relacional dos mesmos, como eles estão pensados e produzidos na sociedade. Nesta realidade, vemos a marca da divisão e fragmentação, que tem no racismo um grande pilar para distribuir e ordenar a vida nas cidades.

Esse processo foi, em parte, facilitado pelos estereótipos racistas e pelo florescimento de um racismo baseado em classe que, ao traduzir os conflitos sociais do mundo industrial em termos raciais, acabou comparando as classes trabalhadoras e os “desamparados pelo Estado” do mundo industrial com os “selvagens” do mundo colonial. (Mbembe, 2018, p. 130)

As políticas estatais explicitam isso quando vemos que o Estado opera em determinados espaços da cidade de maneira nociva à vida, gerando danos

incontornáveis para as pessoas que ali vivem, pela forma violenta com que a segurança pública se apresenta, pela falta de ônibus e transportes públicos que funcionem de maneira efetiva a sanar as demandas da população ou por falta de espaços de lazer, saúde, etc. Esse é o poder que controla mais ostensivamente a vida das pessoas pobres e negras moradores de periferias, em bairros e favelas.

Na estrutura político-jurídica do campo [Agamben], acrescenta que o estado de exceção deixa de ser uma suspensão temporal do estado de direito. De acordo com Agamben, ele adquire um arranjo espacial permanente, que se mantém continuamente fora do estado normal da lei (Mbembe, 2018, p. 124).

Quando Mbembe fala em estado normal da lei gera em mim um alerta para pensarmos se existe um estado normal da lei que não seja o que está posto. Historicamente, as leis e as instituições são determinações vindas de grupos que sempre estiveram no poder após o processo colonial, criando mecanismos de acordo com os quais a violência é regra, e essa dinâmica é dada pelo poder público até os dias de hoje, com políticas pensadas a partir de pessoas que não vivenciam sua implementação e seus efeitos e dão rosto à soberania a qual estamos falando. Abordando a relação de soberania, Mbembe recorre à Alemanha nazista para pensar como o Estado que abriu os caminhos para a consolidação do direito de matar. Também pensando a soberania da Alemanha nazista, para Aimé Césaire, o que acontece entre 1933 e 1945 acaba sendo um sintoma do Sistema Mundo que estava se consolidando a partir do colonialismo europeu e sua soberania, mas que, entretanto, só se evidencia como um problema quando chega à Europa.

As pessoas espantam-se, indignam-se. Dizem: «Como é curioso! Ora! É o nazismo, isso passa!» E aguardam, e esperam; e caíam em si próprias a verdade — que é uma barbárie, mas a barbárie suprema, a que coroa, a que resume a cotidianidade das barbáries; que é o nazismo, sim, mas que antes de serem as suas vítimas, foram os cúmplices; que o toleram, esse mesmo nazismo, antes de o sofrer, absolveram-no, fecharam-lhe os olhos, legitimaram-no, porque até aí só se tinha aplicado a povos não europeus; que o cultivaram, são responsáveis por ele, e que ele brota, rompe, goteja, antes de submergir nas suas águas avermelhadas de todas as fissuras da civilização ocidental e cristã (Césaire, 1978, p. 18)

Césaire nos ajuda a pensar no modo como as violências cotidianas são vistas por aqueles que não a vivenciam ostensiva e diariamente. As análises do autor, mostram como esse processo vivido pela Europa colonizadora tem ressonâncias na nossa realidade frente a tragédias ou ações violentas nas favelas e periferias. Tendo pouca comoção pública, existe até um discurso de legitimação, o que seria inviável se acontecesse em partes mais elitizadas da cidade. Essa legitimidade de uso da

violência está presente há séculos para a população negra, mas poucos grupos entendiam isso como uma crise na nossa democracia. Trata-se de uma democracia que tem como pilar o liberalismo e a burguesia e a violência como regra, orientada a espaços e corpos previamente definidos, por decisões políticas.

Olhando para a história do Brasil, conseguimos analisar que “o racismo sempre foi uma escolha política, e não uma condição dada” (Lopes, 2022, p. 19). Por isso, continua se atualizando até os dias de hoje, de diferentes maneiras, a fim de manter privilégios e visando também a manutenção do sistema racial vigente.

Isso ocorre porque o racismo é um sistema político integral. Charles W. Mills, um importante filósofo jamaicano nascido na Inglaterra, defende a necessidade de pensar o racismo a partir do que ele chamou de “contrato racial”. Esse contrato pode ser entendido como uma estrutura de poder específica, definida por regras formais e informais, por privilégios socioeconômicos e pela distribuição diferenciada dos bens materiais, das oportunidades, dos ônus e dos bônus e, também, dos direitos e dos deveres. Como é possível imaginar, essa distribuição diferenciada teria como base a cor da pele das pessoas. (Lopes, 2022, p. 14)

Igualmente, quando vamos fazer análises espaciais das sociedades, sabemos que a cidade também é uma realidade política e escancara as desigualdades nas relações raciais de diferentes modos, inclusive na ocupação da mesma, o que faz com que não seja novidade que a maior parte das pessoas que moram em localidades consideradas como periferias são pessoas negras.

Um dos legados concretos da escravidão diz respeito à distribuição geográfica da população negra, isto é, à sua localização periférica em relação às regiões e setores hegemônicos. Em outras palavras, a maior concentração da população negra ocorre exatamente no chamado Brasil subdesenvolvido, nas regiões em que predominam as formas pré-capitalistas de produção com sua autonomia relativa. (Gonzalez, 1979, p. 232)

É oportuno reafirmar que a realidade espacial do Rio de Janeiro, por conta de uma divisão racial da cidade, pode ser considerada um legado da escravidão, mas também é importante atentarmos-nos que este é um projeto que faz a manutenção dessa realidade, consolidando o que chamo de Racismo Espacial, ou seja, a forma pela qual as relações espaciais se mostram como desiguais a partir da história racial brasileira.

Essas relações espaciais desiguais estão sendo disputadas na cidade a partir da produção de uma outra sociabilidade urbana no Rio de Janeiro. Uma das estratégias é quando transitamos na cidade coletivamente, tendo nesse modo uma forma de proteção, mas também de subversão.

Defender o uso coletivo da cidade pelas pessoas negras é uma resposta ao processo de individualismo automotivo produzido pelo capital, sendo um uso antidisciplinar na cidade/projeto que queremos que tenhamos. Em sentido semelhante, assim como há o padrão ocidental para a produção de conhecimento, também há o padrão para se viver a cidade, baseado nos mesmos pilares eurocêntricos e imperialistas. Assim, questiono o uso ideal da cidade à luz de Tim Ingold, citado por Nascimento, quando o autor defende que nossa percepção para o ambiente é direcionada a partir dos nossos movimentos.

Tim Ingold mostra que a percepção do ambiente se transforma quando nos movemos, o que significa que os diferentes modos de locomoção pela cidade produzem “conhecimentos ambulatórios”, como o caminhar, o estar em repouso, estar em movimento, o sentar etc. Ingold afirma que, no mundo ocidental, o uso dos sapatos e das cadeiras estabeleceram uma separação entre o pensamento da ação e a mente do corpo, o que nos impede de pensar com os pés. (Nascimento, 2016, p. 9)

Investigar a cidade observando o trânsito coletivo é uma forma de perceber deslocadamente o movimento nas cidades, percebendo que ao mesmo tempo que existe o trânsito massivo por trabalhadores, estudantes, etc. nos transportes públicos, a circulação não está sendo necessariamente coletiva e que eles estão flanando pela cidade conjuntamente. Esse é um dos artifícios do liberalismo, o jogo do indivíduo e grupos. Como nos apresenta Scheinvar (2009), quando analisa a realidade dos alunos sob o processo capitalista, nos diz que

Os alunos serão um grupo e ao mesmo tempo indivíduos, indivisíveis, únicos, assumindo seus deveres. Emerge uma relação que agrega tais indivíduos, seja na escola ou em qualquer outro espaço social, num processo de transformação da vida comunitária para o reino da propriedade privada. (Scheinvar, 2009, p. 42)

Diante deste contexto, é urgente nos abirmos aos encantamentos da rua em nossas análises. À luz de Luiz Antônio Simas em “A Alma Encantada das Ruas”, o encantamento da rua se dá a partir do momento em que, para além de asfalto e carros, há vidas e alegrias que precisam ser valorizadas. Isso se constitui em uma disputa espacial e simbólica da produção das cidades.

Contudo, se adentrarmos pelas brechas e vãos das metrópoles, não necessariamente encontraremos sujeitos totalmente descolados de seus corpos ou de outros sujeitos. Seguindo suas linhas e teias, ficaremos surpresos com inúmeras redes de sociabilidade e de lazer, ocupações do território, práticas inusitadas que pouco refletem, de forma estanque, valores individualistas (Nascimento, 2016, p. 7)

Buscar essas brechas encantadas refere-se a quando pensamos nos trens urbanos e nos lembramos do grupo de carteado que transitam todos os dias há anos nos mesmos vagões, se conhecendo, bebendo cerveja, fazendo festas de aniversários dentro dos trens, e ditando uma outra realidade para o equipamento público capitalista³⁸, enfrentando o

bloqueio ou a interrupção dos processos de singularização [que] são formas de favorecer a hegemonia dos padrões universais que serializam e individualizam, que bloqueiam o pensamento independente e as conexões que abrem outras perspectivas para pensar a vida social (Scheinvar, 2009, p. 33)

Como nos lembra Sueli Carneiro, “a gente só pode ter no horizonte, a luta coletiva, a emancipação coletiva, é isso que nós queremos e precisamos. A mobilidade individual de nenhum de nós reverbera sobre a coletividade”³⁹. Em busca dessas outras percepções, quebro com a imagem de cidade-espetáculo que precisa ser vista, e me relaciono com a cidade reivindicando o sentir, tal qual Nascimento ao afirmar que a corpografia “contribui para sentir a cidade ao invés de ver a cidade. Podemos sentir a cidade com os ouvidos, com os sons, com os cheiros, com as mãos, com os pés, com os desejos.” (2016, p. 8).

O sentir é muito importante em minha pesquisa e escrita, em qual investigo e analiso o lazer da população negra, visto que, investigar o lazer, é não focar no que se costuma ser campo de estudo e reivindicar outras possibilidades epistemológicas a partir do corpo e das sensações e sentimentos, que não são nem um pouco íntimos. Assim, busco em Conceição Evaristo, quando a autora fala que

A escrita me deixa em profundo estado de desesperação, pois a letra não agarra tudo o que o corpo diz. Na escrita faltam os gestos, os olhares, a boca entreaberta de onde vazam ruídos e não palavras. No registro da letra também falta o tremor do choro e o rasgo do riso. A fala surpresa foge da escrita. E mais, a grafia não registra a intensidade de um silêncio intervalar, diante de um renovado estado de estupor, vivido na hora das relembrações. (Evaristo, 2022, p. 9)

A partir disso, já que eu não estou vendo produções sobre esses jovens negros que circulam e existem com seus corpos na cidade, recorro a Fanon para lidar com esse complexo, quando o autor diz que “desde que era impossível livrar-me de um

³⁸ “Capitálistico” é um conceito de que Guattari e Rolnik referem à produção de subjetividade característica do sistema capitalista, que permeia, inclusive, as sociedades não definidas como tal, mas que convivem com formas de existências próprias dela, com as aspirações e os valores produzidos em seu contexto - anulando as diferenças e afirmando modelos totalizantes que subjugam as singularidades (Scheinvar, 2009, pág. 33).

³⁹ No episódio de Mano a Mano (Podcast do Mano Brown).

complexo inato, decidi me afirmar como Negro. Uma vez que o outro hesitava em me reconhecer, só havia uma solução: fazer-me conhecer” (Fanon, 2008, p. 108).

Colocar em análise a realidade da população negra no Brasil é mais do que produção acadêmica, é uma forma de somar e apoiar com produção de materiais e análises que ajudem a pavimentar a movimentação política dos negros no país. Ideais esses que são históricos no movimento negro.

Para esses intelectuais, os estudos sobre a realidade social do negro não se configuravam como produções meramente acadêmicas, eram antes uma questão existencial e política. Sob este prisma, a produção científica só teria, de fato, sentido, se servisse como mecanismo efetivo para a defrontação de problemas sociais. (Panta, 2020, p. 83)

A pesquisa realizada no âmbito desta dissertação me ajuda a acreditar e perceber outras relações pelas cidades. Tendo, inclusive, a afirmar que elas estão sendo construídas pela circulação disruptiva da população negra, basta apurarmos nossos sentidos e percebermos as vidas que estão revolucionando as relações socioespaciais pelas brechas. Afinal, a rua é uma tecnologia avançada da juventude preta, é rataria e sagacidade que pautam as vivências, e construímos estratégias para circulação e viver a cidade, radicalizando o uso da mesma. E isso só poderá ser feito coletivamente.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4 ed., IPP, Rio de Janeiro, 2008.

AUGUSTO, Acácio. Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto. **Cadernos Metrôpole**, v. 12, n. 23, p. 263-276, 2010.

BARATA, Denise. O RÉVEILLON E O CULTO À IEMANJÁ NAS PRAIAS DO RIO DE JANEIRO: MEMÓRIA, TRADIÇÃO E CONFLITO. **A força da fé**, p. 66.

CASSAB, Clarice. "Como um fantasma sob a neblina..." Os Jovens, a Cidade e a Política. **Caminhos de Geografia**, v. 10, n. 32, 2009.

CÉSAIRE, Aimé. **Discursos sobre colonialismo**. 1978. Livraria Sá da Costa.

COELHO, Luana Xavier Pinto; CUNHA, Isabella Madruga da. Direito à cidade contra o desenvolvimento. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, p. 535-561, 2020.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. **Subjetividades, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos em saúde**, p. 143-153, 2008.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. ESPAÇOS NEGROS:" cantos" e" lojas" em Salvador no Século XIX. 1991.

COSTA, Marisa Vorraber. Sujeitos e subjetividades nas tramas da linguagem e da cultura. **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 29-46, 2000.

DA MATA MACHADO, Marília Novais; ROEDEL, Sonia; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Missão Lapassade-1972: coincidências analisadoras. **ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 7, n. 2, p. 304-318, 2017

DE CARVALHO, Claudio Oliveira; JÚNIOR, Gilson Santiago Macedo. 'Ainda vão me matar numa rua': direito à cidade, violência contra LGBTs e heterocisnormatividade na cidade-armário. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**

DOMÉNECH, Miguel; TIRADO, FRANCISCO Javier; GÓMEZ, Lucía. A dobra: psicologia e subjetivação. In: **Nunca fomos humanos. Nos rastros do sujeito**. 2001. p. 111-136.

DOS SANTOS, Ynaê Lopes. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país**. Todavia, 2022.

EWALD, François; CASCAIS, António Fernando. **Foucault, a norma e o direito**. 2000.

EVARISTO, Conceição. **Canção para ninar menino grande**. Pallas Editora, 2022.

FOUCAULT, Michel. (2003) A vida dos homens infames. *In: Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222.

_____, Michel. **Em defesa da sociedade**, curso de 1975-76. 2010.

_____, Michel. **História da sexualidade**, vol. 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988

_____, Michel. **Microfísica do poder**: organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, v. 4, 1979

_____, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento das prisões (1975). Trad. Ramallete, R. Petrópolis: Vozes, 1999.

GONZALEZ, Lélia et al. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. **Comunicação apresentada**, n. 8, p. 223-244, 1979.

GORDON, Lewis R. Prefácio; FANON, Franz; SILVEIRA, Renato da. **Pele Negra, Máscaras Brancas**, 2008.

GOULART, Maria Alice. **O prazer como imperativo, a literatura como meio e os corpos doces como fim**: o micropoder dos catálogos de livros de literatura infantil. 2000.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolíticas**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

HARVEY, David; REBELDES, **Cidades. do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: MARTINS, 2014.

HASENBALG, Carlos; DE GONZALEZ ALMEIDA, L. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HENRIQUE, Gelson: **Calote nas Catracas Sociais**: juventudes negras e periféricas colocando seu bloco na rua, 2020.

IPEA, E. **Atlas da Violência 2016**. FBSP, São Paulo, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó, 2020.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira. A cultura como dispositivo de governo da população pela UNICEF e UNESCO: apontamentos genealógicos. **Revista Psicologia Política**, v. 10, n. 20, p. 245-257, 2010.

LOPES, Adriana Carvalho; FACINA, Adriana. Cidade do funk: expressões da diáspora negra nas favelas cariocas. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. 6, p. 193-206, 2012.

MARX, Anthony. A construção da raça e o Estado-nação. **Estudos afro-asiáticos**, v. 29, p. 9-36, 1996.

MBEMBE, A. **Necropolítica. Arte & Ensaios**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p. 122-151, 2016.

NASCIMENTO, Silvana. A cidade no corpo. Diálogos entre corpografia e etnografia. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 19, 2016.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca**: as relações raciais em Itapetininga. Edusp, 1998.

OLIVEIRA, Denilson. Geopolítica da morte: Periferias Segregadas, **Mobilidade Antirracista**, Autonomia Literária. 2021.

OLIVEIRA, Roberta Gondim de et al. Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00150120, 2020.

PANTA, Mariana. População negra e o direito à cidade: interfaces sobre raça e espaço urbano no Brasil. **Acervo**, v. 33, n. 1, p. 79-100, 2020

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. Alteridade e raça entre África e Brasil. **Revista de Antropologia**, v. 63, n. 2, 2020.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista USP**, n. 18, p. 6-29, 1993.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. RENÉ LOURAU NA UERJ-ANÁLISE INSTITUCIONAL E PRÁTICAS DE PESQUISA-Apresentação. **Mnemosine**, v. 3, n. 2, 2007.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, v. 17, p. 1-17, 1989.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Neusa de S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SCHEINVAR, Estela. A indústria da insegurança e a venda da segurança. **Psicologia em Estudo**, v. 19, p. 481-490, 2014.

SCHEINVAR, Estela. **O feitiço da política pública**: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente. Lamparina, 2009.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Editora Record, 2015.

SOARES, Alícia; et. al. **A produção da cidade ilegal**: processos de estigmatização e criminalização de espaços urbanos. Editora UNB, 2019.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida por um conceito de cultura no Brasil**, 3. ed. 2005.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Zahar, 2001.